



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 15 DE JUNHO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H00MIN

TÉRMINO ÀS 12H54MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do DF para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Comunico que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados, no plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria. Conto com a colaboração de todos.

Solicito aos deputados que registrem as suas presenças. (Pausa.)

Encontram-se presentes os seguintes deputados titulares: deputada Jaqueline Silva; o relator, deputado Hermeto; deputado Pastor Daniel de Castro; deputado Chico Vigilante; e deputado Fábio Félix, que foi o primeiro a chegar.

I – Expedientes:

Sobre a mesa, as seguintes atas de reuniões anteriores:

– [Ata da 14ª Reunião Ordinária](#);

– [Ata da 15ª Reunião Ordinária](#).

Tendo em vista a divulgação prévia das atas, pergunto aos deputados se podemos considerar como lidas e aprovadas as referidas atas.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota “sim”.

As referidas atas estão aprovadas com 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Pergunto ao relator, deputado Hermeto, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Não, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Informo o calendário de oitivas para este mês de junho.

Hoje ouviremos o coronel Klepter Rosa, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal. No dia 22, ouviremos o general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. No dia 29, ouviremos o senhor Alan Diego dos Santos.

O calendário atualizado das oitivas do mês de junho foi publicado no *Diário da Câmara Legislativa* no dia 12 de junho de 2023.

III – Oitivas depoente:

Oitiva do senhor coronel Klepter Rosa, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer neste plenário o coronel Klepter Rosa, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal. O Requerimento nº 147, de autoria do deputado Hermeto, trata desta convocação.

Peço que o coronel venha ao nosso plenário.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Klepter Rosa, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

O senhor está acompanhado de advogado, coronel?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou iniciar fazendo umas perguntas, uns questionamentos ao senhor. Em seguida, o deputado Hermeto, relator desta comissão, também fará algumas perguntas; depois, os demais deputados, por ordem de chegada.

Coronel Klepter Rosa, qual cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023? Quando assumiu tal posto na Polícia Militar do Distrito Federal? Quais são as atribuições do subcomandante da Polícia Militar do Distrito Federal? Qual o efetivo que o senhor comandava? Era atribuição do senhor o comando operacional de toda a tropa, estando o senhor, na época dos fatos, hierarquicamente acima do comandante do Departamento de Operações?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exercia a função de subcomandante-geral da PMDF, nomeado em meados de outubro do ano passado. Tinha como atribuições, na função de subcomandante-geral, substituir o comandante-geral, assessorar o comandante-geral nos assuntos por ele determinados e gerenciar e coordenar as rotinas administrativas, gerenciais relacionadas à governança da PMDF. Com relação à atividade operacional, em que pese o subcomandante-geral ser o superior hierárquico de todos os chefes de departamento, as atribuições relacionadas ao setor operacional são direcionadas, planejadas, coordenadas, supervisionadas e executadas pelo Departamento de Operações da PMDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O ex-subsecretário executivo, delegado Fernando Oliveira, em depoimento a esta CPI, disse que a PMDF falhou. Ele disse, ainda, que não houve planejamento operacional por parte da Polícia Militar do Distrito Federal e que nem mesmo a ordem de serviço foi confeccionada.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quem o senhor determinou que participasse do PAI – Planejamento de Ação Integrada, representando a Polícia Militar do Distrito Federal,

na reunião do dia 6 de janeiro de 2023, na Secretaria de Segurança Pública? Quais ações foram acordadas e deveriam ter sido postas em prática pela Polícia Militar? A quem cabia confeccionar o planejamento operacional da polícia, no qual deveria conter o efetivo – número total de policiais – e o local em que eles estariam alocados – números, viaturas, uso de equipamentos não letais – para conter multidão? E nada disso foi feito.

Eu pergunto ao senhor: por que nada disso foi feito, coronel?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação à reunião, quem participa dessa reunião é o Departamento de Operações, representando a PMDF; e os oficiais, representando as unidades por ele determinado. Nessa reunião, o coronel Paulo José, que respondia pela chefia do Departamento de Operações, determinou o comparecimento do coronel Casimiro e de um oficial superior do Departamento de Operações, para representar a PMDF. No que foi planejado, foi tratado nesse PAI, foram as missões – de maneira geral da corporação – de manter a segurança e a ordem pública, por ocasião dessa manifestação. Essa reunião, salvo engano, se deu na sexta-feira, e o coronel Paulo José se encontrava, juntamente com os demais oficiais do alto comando, numa reunião de alto comando no período da manhã, quando ele informou que esses oficiais – coronel Casimiro e um oficial superior do DOP – iriam participar da reunião. Com relação a quem caberia o planejamento, cabe ressaltar que a missão precípua de planejamento de emprego operacional inicia-se com o batalhão responsável pela área. Quando ele não detém os recursos materiais e humanos necessários para o acompanhamento na missão, ele sobe essa solicitação de apoio de recursos materiais e humanos para o comando regional. Não havendo recursos humanos e materiais do comando regional suficientes para fazer frente à demanda, o Departamento de Operações, então, é o responsável para fazer esse aporte de apoio operacional para cumprimento da missão. Nos eventos que são considerados de natureza grande, de grandes manifestações, de grandes eventos, há uma previsão para que o DOP avoque o planejamento completo da operação. E ele, fazendo essa avocação, não faz o planejamento sozinho, ele faz esse planejamento em conjunto, tanto com o batalhão da área, quanto com o comando regional da área. Quando o Departamento de Operações se vê diante de um grande evento em que o seu efetivo também não se faz suficiente, ele solicita uma autorização do comandante-geral ou do subcomandante-geral para empregar o efetivo do complexo administrativo. São os demais departamentos: Departamento de Logística, Departamento de Pessoal, Departamento de Saúde. E, nesses casos em que há necessidade de apoio dos demais departamentos, principalmente relacionado ao efetivo, então o Departamento de Operações faz essa solicitação para emprego desse efetivo ao subcomandante-geral ou ao comandante-geral. Sendo determinado, então, esse efetivo é colocado à disposição do DOP, o Departamento de Operações, para ser escalado conforme a sua necessidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso tudo foi feito no dia 8?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação ao dia 8, especificamente. Na sexta-feira, durante o período da manhã, o coronel Paulo José nos informou, na reunião, que havia essa previsão de ocorrer uma possível manifestação, que até o momento não havia engajamento de grandes pessoas, não havia maiores informações. Foi indagado ao representante do centro de inteligência, na reunião, se ele tinha informações a respeito da chegada de manifestantes, previsão de manifestantes. A resposta dele foi que não havia engajamento nas redes sociais que demonstrasse que haveria grande presença de pessoas nesse evento. No sábado, durante o transcorrer do dia, o pessoal do centro de inteligência informou a chegada de alguns ônibus, na região do acampamento, com manifestantes. Essa quantidade de ônibus foi aumentando ao longo do sábado. Neste sábado, com essa chegada dos ônibus, liguei para o coronel Paulo José, eu indaguei se ele estava acompanhando essa chegada dos ônibus. Ele disse que estava. Perguntei se ele estava tomando as medidas para adequar o policiamento. Ele disse que sim, que já estava conversando com o coronel Casimiro para fazer a adequação do policiamento, para fazer frente a essa chegada de manifestantes. Nessa conversa, ele solicitou... Eu perguntei para ele se ele já tinha feito previsão de efetivos. Ele disse que já estava planejando o efetivo junto ao Casimiro e relatou que precisavam, que sugeria que fosse empregado o pessoal do Curso de Formação de Praças, para reforçar o policiamento, enquanto ele conseguia fazer a escala dos demais efetivos do setor operacional,

do Departamento de Operações. Ele relatou que o DEC, Departamento de Ensino, teria informado que não teria condições de fornecer muitos alunos, porque os alunos teriam prova na segunda-feira. Diante disso, informei a ele que iria me manter contato com o DEC, para que o DEC o apoiasse com o efetivo que fosse necessário. E assim o fiz. Liguei para o coronel Elisson, chefe do DEC então. Falei para ele entrar em contato com o coronel Paulo José e acertar com ele o efetivo necessário que pudesse ser empregado, e que empregasse o maior efetivo possível. O DEC informou que poderia dispor de aproximadamente 200 alunos do Curso de Formação de Praças para prestar esse apoio. Retornei a ligação para o Paulo José e falei para o Paulo José que já tinha avisado o DEC, e o DEC já iria manter contato com ele para acertar os detalhes com relação ao horário de apresentação e local de apresentação da tropa para cumprir a missão, e que eles se organizassem. O Paulo José ainda relatou que estava, juntamente com o comando regional, acionando companhias de pronto emprego, que são companhias de sobreaviso, que já permanecem diariamente de sobreaviso na corporação. A cada dia, na Polícia Militar, 2 CPRs mantêm companhias de sobreaviso, isso já há algum tempo. Então, ele estaria deslocando essas companhias também e que iria acompanhar. E ele relatou que tinha algumas dificuldades, porque, em que pese a chegada dos ônibus no local – lá do QG do Exército –, não havia ainda informações completas a respeito se haveria ou não deslocamento para a Esplanada, se permaneceriam no local ou não. E, se houvesse deslocamento, sequer havia menção de possíveis horários. Foi relatado a ele então que acompanhasse a evolução desses fatos, juntamente com o pessoal da inteligência, durante o período do sábado, que ele reforçasse o policiamento no período noturno, inclusive durante a madrugada. E ele disse que assim o faria, remanejando efetivos de unidades operacionais que estavam de serviço no sábado e, ainda, policiais do serviço voluntário gratificado, que estavam de serviço pelo DOP. Ao mesmo tempo, mantive contato com o comandante-geral, então, o coronel Fábio Augusto, informando para ele dos fatos que estavam acontecendo. O Fábio Augusto me disse que também já tinha ligado para o Paulo José e já tinha conversado com ele a respeito de efetivos. Falou que também conversou com o Casimiro, coronel Casimiro, comandante do 1º CPR, e que estavam avaliando, acompanhando a evolução da manifestação para emprego de policiamento. Ao longo do dia, um pouco mais tarde, novamente, outra mensagem que tinham chegado mais alguns ônibus. O coronel Paulo José informou novamente que o policiamento estava já alocado, que as tropas do Comando de Missões Especiais da Rotam, do BPCoque já estavam acionadas para o local. Aí eu perguntei: "Todas as tropas estão acionadas?" "Não, todo o CPME está alocado." O CPME é composto por Bope, Choque, Rotam, Bavop e BPCães". Aí eu falei: "Todos já estão cientes da missão?" "Sim, comandante, todos já estão cientes da missão." Liguei para o coronel Casimiro também, mantive contato com ele, informando se ele estava acompanhando. Ele disse que estava acompanhando. Perguntei a respeito do efetivo, se era o suficiente. Ele informou que era suficiente o efetivo, diante das informações que tinha, que não sabia, até o momento, se iriam descer para a Esplanada ou que horas desceriam para a Esplanada, que informações iniciais davam que não havia nem consenso entre eles se iriam para a manifestação na Esplanada, mesmo, ou não. Havia um informe inicial de que talvez alguns ônibus já iriam embora na manhã de domingo e havia outros informes que alguns ficariam para uma possível manifestação na Esplanada, na segunda-feira. Indaguei novamente: "O efetivo é o suficiente?" Ele disse que era suficiente. Perguntei quem iria comandar o policiamento. Ele informou que era o major que estava comandando o 6º Batalhão então. Perguntei para ele se precisava de apoio, que deslocasse um outro oficial para apoiar no policiamento. Ele informou que não, que o efetivo que ele tinha disponível era suficiente, que os oficiais do 1º Comando de Policiamento Regional já estavam habituados com manifestação pública, já estavam habituados a fazer esse acompanhamento e que, se fosse necessário, ele mesmo assumiria o comando do policiamento no domingo. Diante dessas informações, retornei novamente para o coronel Fábio Augusto e falei para ele que, segundo o 1º Comando de Policiamento Regional, segundo o Departamento de Operações, o policiamento estava adequado, estava condizente com as informações que eles tinham disponíveis, mas que havia a possibilidade da chegada de mais ônibus, porque, até então, estavam chegando – a cada x horas, aumentava um pouco a quantidade de ônibus –, e que ainda não havia essa definição com relação ao horário de possível manifestação, caminhada, descida de manifestante para a Esplanada. E que isso, com certeza, levaria ao Departamento de Operações, ao longo do final do dia de sábado, da noite

de sábado para domingo... de, tendo novas informações, precisar escalar efetivos para o domingo, principalmente para render esse efetivo inicial que estava previsto para o período da manhã. Então, esse efetivo inicial foi pela manhã. Como ele teria que fazer um acionamento de efetivos para o período da tarde, ou para rendição ou para reforçar o efetivo ou ambas as situações, que é o mais normal, perguntei ao coronel Fábio Augusto se não era viável deixarmos a tropa de sobreaviso, cientes de que poderiam ser escalados a partir das 7 horas da manhã, para que eles já estivessem em condições de se deslocar para o batalhão, assim determinado, para assumir a missão, porque haveria essa possibilidade de necessidade de um emprego maior ao longo do dia. O coronel Fábio Augusto me respondeu que estava de acordo e que era para eu determinar aos departamentos que deixassem a tropa de sobreaviso a partir...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso, no sábado à noite?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Isso no final da tarde de sábado, começo da noite de sábado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não era para colocar de sobreaviso no domingo. Era na...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não. Colocar de aviso a partir de 7 horas de domingo e que todos poderiam ser escalados a partir das 7 horas de domingo. Informei o coronel Paulo... Fiz a mensagem no grupo dos oficiais, informando esta determinação de que as tropas deveriam permanecer de sobreaviso e, em contato com o coronel Paulo José, informei para ele: "Conversei com o coronel Fábio Augusto e ele autorizou que todas as tropas ficassem de sobreaviso. Você tem todas as tropas à sua disposição. Se você precisar escalá-las, você as escale, não precisa pedir autorização novamente para mim." E assim foi feito. Cabe ressaltar, para esclarecer aos senhores, a questão do sobreaviso, o porquê do sobreaviso e por que não uma prontidão. Os empregos das tropas são feitos conforme temos informações, e essas informações vão progredindo conforme o cenário vai progredindo. A questão do sobreaviso, como o DOP disse que já tinha feito o planejamento do efetivo, que tinha aumentado o planejamento do efetivo diante da chegada de novos manifestantes, que tinha feito a previsão das tropas do Comando de Missões Especiais; como o comando de policiamento regional disse que essas tropas empregadas eram suficientes, como não havia a previsão de horário para a descida para a Esplanada – ou sequer se iriam descer de fato para a Esplanada –, não havia como deixar o efetivo de prontidão permanente. Se eles entram de prontidão a partir de sábado, a partir de sexta, de domingo de manhã já, direto, e esse efetivo fica na prontidão... Primeiro, o efetivo que está na folga, que está de serviço voluntário, não seria empregado no serviço voluntário, que reforça o policiamento da cidade. Segundo, se eles permanecessem e nós precisássemos de efetivo à noite... Se essa manifestação progredisse para o período da tarde ou o período da noite, com qual tropa a gente faria a rendição? Com qual tropa nós faríamos a rendição do efetivo que já estava no serviço de rua, dos policiais que estavam no serviço de rua? Então, a primeira medida é deixar de sobreaviso, porque nós ainda não temos a solicitação do DOP para o emprego no horário x na missão y no local z. Então, faltou essa informação. Se o DOP tivesse solicitado que precisava de efetivo... A confirmação de que a manifestação ocorreria, desceria para a Esplanada e precisaria desse efetivo no período da tarde, com certeza a orientação teria sido dar a sugestão para o comandante-geral para que o efetivo já ficasse de prontidão nesse horário. Então, essa é a diferença da prontidão. Na prontidão, nós já temos um fato específico, que vai acontecer em tal horário, e então a gente faz aquele emprego da tropa de prontidão naquele horário. Lembrando que a tropa de prontidão não é uma tropa que necessita de emprego operacional, ela é um reforço, um possível reforço. A alocação de policiamento é feita no planejamento ordinário, para atender àquela missão. Fora o ordinário, a tropa que tem empregada no terreno... Tem que ser feito o planejamento e empregar uma tropa de reforço. Essa tropa de reforço pode ficar no batalhão mais próximo e pode ficar embarcada em ônibus, nas proximidades do local do evento. E, fora isso, quando há essa perspectiva de que seja um grande evento, uma grande manifestação, então é determinada a prontidão. Então, a prontidão é para esses casos. Como não havia essa sinalização do DOP de que eram necessários mais efetivos – e realmente havia mais efetivos à disposição do DOP para serem

escalados naquele momento –, a prontidão, então, não foi decretada; foi solicitado apenas um sobreaviso, para que os policiais estivessem cientes de que, a partir das 7 horas da manhã, poderiam ser escalados. E dessa forma foi feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, estava havendo alguma divergência entre os coronéis do alto comando? O senhor está fazendo uma explanação muito boa aqui, mas nada disso foi feito.

No dia do evento, no dia 8, no final da tarde, só havia, segundo depoimentos que foram colocados aqui por integrantes da Polícia Militar, 200 estudantes – como o deputado Hermeto sempre deixa registrado, estavam prontos, mas eram estudantes. Tudo isso que o senhor falou aqui estaria perfeito, se tivesse funcionado. Havia alguém a fim de derrubar o senhor do cargo que o senhor estava exercendo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Creio que não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porque está parecendo que foi uma...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não tenho conhecimento, deputado. Cabe ressaltar que, no domingo, pela manhã, mantive contato com o coronel Paulo José, perguntando para ele como estava a situação na Esplanada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que ele disse?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ele respondeu que, até o momento, estava tranquilo, que o comandante-geral já tinha conversado com ele, solicitado mais efetivo e que ele já teria acionado mais 2 companhias do sobreaviso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas ele não acionou nada.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Então, diante dessa informação, a perspectiva que a gente tinha era de que estava funcionando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Será que foi por isso que ele mandou um atestado? Ele estava convocado para depor antes do senhor. Ele mandou um atestado, dizendo que estava com problema psiquiátrico. Será que ele já estava com problema psiquiátrico nesse dia?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não sei informar. Ainda com relação ao emprego do CFP, deputado, convém fazer uma ressalva: realmente, eram alunos do Curso de Formação de Praças. Não era o primeiro policiamento deles, não era a primeira manifestação. E o curso não é empregado sozinho. O curso, quando ele é empregado em policiamento, é monitorado por policiais mais antigos, por sargentos, e assim foi feito. O CFP não estava empregado massivamente na linha. Ele estava distribuído, segundo informações dos relatórios que foram produzidos pelo próprio comando regional, ao longo dos ministérios. Uma parte dele – uma companhia operacional, da qual não me recordo, agora, o número exato – estava juntamente com outra companhia operacional de policiais antigos, salvo engano, do Comando de Policiamento Especializado empregado na linha da Avenida das Bandeiras; e uma outra parte empregada, com outros policiais antigos, na linha de abordagem. Assim, em momento nenhum, eles ficaram sozinhos ou ficaram sem orientação do policial mais antigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O coronel Casimiro disse aqui, no depoimento, sentado nessa cadeira que o senhor está sentado, que a ordem para abrir a Esplanada foi do coronel Paulo José. Segundo o coronel Casimiro, quem teria dado a ordem para o coronel Paulo José abrir a Esplanada... E até o Casimiro falou aqui, e eu concordo com ele, que, se a Esplanada estivesse fechada para o ingresso daquelas pessoas, dificilmente aconteceriam os atos de depredações que aconteceram. O que disse o Casimiro, sentado nessa cadeira em que o senhor está sentado aqui, foi que a ordem foi do coronel Paulo José e que ele teria recebido uma ordem do governador Ibaneis Rocha. Isso procede?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não sei informar se essa ordem que o Paulo José recebeu veio do governador. Recordo-me que, em algum momento, eu perguntei para o

coronel Fábio Augusto a respeito da possível descida para a Esplanada. Ele me respondeu que o que estava desautorizado era permanecer, adentrar a Praça dos Três Poderes e que a Esplanada estava fechada já há algum tempo – determinaram fechamento dela – para os veículos, ônibus e manifestantes. Não fui informado com relação aos pedestres. Mas eu, especificamente, não tratei desse assunto com o Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O senhor tem conhecimento sobre ações do coronel Naime e do major Flávio Alencar para retardar o emprego de tropa, após as invasões e depredação dos prédios públicos? O senhor sabe se os motivos que levaram o ministro Alexandre de Moraes a determinar a prisão preventiva do coronel Naime, bem como a prisão do major Flávio Silvestre... O senhor não foi preso, ao contrário do seu antecessor, coronel Fábio Augusto. Como o senhor viu a prisão do coronel Fábio Augusto? O senhor entende que ele tenha alguma culpa pelos supostos erros cometidos pela Polícia Militar do Distrito Federal no dia 8 de janeiro de 2023?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação à conduta operacional dos oficiais que o senhor citou, não tem como eu fazer comentário a respeito, porque eu não estava presente, eu não acompanhei a evolução da missão e o que estava sendo feito. Com relação às determinações do ministro, são determinações judiciais e eu não tenho condições de analisar os autos dos processos, até porque eu não tive acesso a processo e não tem como eu tecer comentários a respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O ex-subsecretário Fernando Oliveira, em depoimento, disse ainda que a coronel Cintia teria dito a ele que o efetivo empregado pela Polícia Militar do Distrito Federal seria de 600 policiais e que o coronel Casimiro teria afirmado a ela que o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal seria suficiente; porém, documento encaminhado pela Polícia Militar a esta casa de leis diz que o efetivo seria de 200 alunos do curso de formação de policiais e que o restante da tropa ficaria de sobreaviso.

Eu pergunto ao senhor: de quem foi a ordem para escalar esse número reduzido de policiais e, acima de tudo, para escalar alunos do curso de formação sem experiência em manifestações? Faço essa pergunta, porque o coronel Marcelo Casimiro disse que essa autorização para escalar alunos deveria partir do senhor, com a anuência do comandante da Academia de Polícia Militar e do comandante do Departamento Operacional da Polícia Militar. Sendo assim, pergunto: a autorização para escalar alunos do curso de formação partiu do senhor, coronel?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo, mediante solicitação do chefe do DOP.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele solicitou que o senhor autorizasse?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Que fossem escalados mais policiais, disponibilizados para ele mais policiais do curso de formação para ele empregar no policiamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele disse para o senhor que seriam só os estudantes?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo. Inclusive, ele informou que havia outras companhias do 1º Comando, do 2º Comando, do Comando de Policiamento Especializado...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem foi o coronel que falou isso para o senhor?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O coronel Paulo José disse ao senhor que precisava de um reforço por meio dos estudantes, mas que outras companhias estavam escaladas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, como o senhor viu, depois da quebradeira, que nada disso tinha acontecido?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, em que pese ter acontecido essa situação do dia 8, as informações iniciais que nós tivemos, que nos foram repassadas, é que essas companhias foram escaladas. Então, não eram apenas alunos. Chegava a um efetivo de aproximadamente 400 policiais, ou 400 e poucos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foram escalados, mas não estavam lá, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Aí, houve a alocação no terreno e em toda aquela região. Como eu falei para o senhor, havia ali a linha de abordagem, havia efetivos nos ministérios, havia efetivos na Avenida das Bandeiras. Agora, as quantidades de efetivos que foram alocados em cada um desses locais, eu não tenho como dizer para o senhor, porque eu não estava em campo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Coronel, a Polícia Militar do Distrito Federal tem um serviço de inteligência?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Saiu, ontem, uma matéria na revista *Piauí* – que merece ser lida por todos – que fala da participação de um grupo de militares do Exército chamado kids pretos. Diz que é o pessoal altamente especializado usado para fazer sabotagem, usado para tática de guerrilha, usado para tudo. E a revista *Piauí* disse que esse grupo de kids pretos foi usado aqui no Distrito Federal naqueles atos de terrorismo. Eu pergunto ao senhor: a inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal detectou esses elementos do Exército Brasileiro, esse batalhão especializado chamado kids pretos participando das manifestações?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não tenho essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não tem essa informação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A inteligência da Polícia Militar não viu gente usando tática de guerrilha naqueles atos?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Por volta de... Quando começou a passeata, o deslocamento deles, o pessoal da inteligência identificou, dentro dos manifestantes, alguns grupos com estilingue, com mochila volumosa, com algum volume nas costas ao longo desse deslocamento. Foi a única informação de inteligência que eu tive a respeito de possíveis manifestantes com objetos que poderiam causar algum dano. Ao longo desse... logo após essa mensagem, policiais do Batalhão de Trânsito que estavam acompanhando esse deslocamento chegaram a fazer algumas prisões desses manifestantes com esse material.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria que o senhor esclarecesse essa resposta que o senhor está dando aqui. Relator deputado Hermeto, é muito importante, deputado Fábio Félix, o que o coronel está falando agora, que houve prisões anteriores aos atos feitos pelo Batalhão de Trânsito. Quem foram essas pessoas presas e por que elas foram presas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Eles estavam, segundo informações que deram, eles estavam portando estilingues, pedras junto com mochilas, antes... durante a caminhada entre o QG e a Esplanada. Isso foi plotado. Alguns chegaram a ser abordados. Não lembro agora a quantidade que foi feita, mas foram abordados pelos policiais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Havia pessoas com aqueles chamados coquetéis *molotov*?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não me recordo. Eu lembro da informação de estilingue, pedras. Isso eu me lembro. *Molotov* eu não tenho...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor pode dar uma apurada nisso, verificar se havia coquetel *molotov* e informar a esta comissão?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso é muito importante para nós, porque fica demonstrado que o Batalhão de Trânsito detectou que havia pessoas mal-intencionadas, que não estavam indo lá rezar.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Estavam, pelo menos, com objetos que não condiziam com uma manifestação pacífica.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São objetos... O senhor tem experiência de atos na Esplanada e tudo. Isso não é objeto de quem vai lá fazer um simples protesto, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pergunto ao senhor, coronel Klepter, não seria papel das tropas especializadas da Polícia Militar, do Batalhão de Policiamento de Choque, Regimento de Policiamento Montado, entre outros batalhões especializados, a intervenção para impedir a invasão aos prédios dos 3 Poderes da República? Não deveria haver no local um cordão de isolamento composto por tropas especializadas em conter multidão e com equipamentos não letais, tipo gás lacrimogênio, bomba de efeito moral e munição não letal? O senhor sabe me dizer por que esses cuidados não foram empregados logo no início, diante das informações de inteligência que informavam que era grande a possibilidade de confronto com as forças de segurança e invasão de prédios públicos?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação à linha de abordagem. A linha de abordagem inicial de toda manifestação, ela é composta por policiais do policiamento ordinário. Durante muitos anos essa linha de policiais era, basicamente, com o mesmo equipamento do policial do dia a dia, de rua. Nos últimos anos a corporação fez aquisições, inicialmente, de capacetes, para ter pelo menos um nível de proteção para a cabeça, por questão de arremesso de pedras e, posteriormente, de escudos para fazer frente a essa missão. O batalhão lá, o 6º Batalhão, dispõe de alguns desses equipamentos em uma quantidade – não sei relatar para o senhor agora, ao certo, quantos – para serem utilizados nessa primeira linha de frente. Não sei informar por que no dia esse material não foi disponibilizado para a tropa que estava naquela linha de frente. Com relação ao emprego das tropas de missões especiais, especificamente o BPCoque, as ações de choque, o batalhão de choque, via de regra, já não é empregado na linha de abordagem. A linha de abordagem é com o policiamento ordinário, atrás dessa linha de abordagem há a retaguarda, não necessariamente imediatamente atrás, depende do evento, depende do dia e do que está acontecendo. Por vezes, em manifestações, a tropa de choque fica lá na Praça dos Três Poderes, lá atrás da Praça dos Três Poderes aguardando um possível acionamento. Então, não necessariamente a linha de choque fica imediatamente atrás. Conforme tem a informação de que há um risco maior de ter confronto, ou já teve algum embate inicial, então o comandante da operação solicita ao choque que avance e se aproxime da linha do policiamento ordinário. No dia 8, segundo um dos comandantes de fração de choque que estava no local, isso foi feito. O pessoal do choque estava dividido em algumas equipes. Havia uma equipe na Praça dos Três Poderes, a outra equipe estava próxima ao Setor Hoteleiro, onde o presidente estava residindo até então. Então uma parte do choque ficou lá em cima para proteger aquela área onde o presidente estava residindo até o momento. Quando começou essa primeira informação de elementos que tinham sido vistos portando material, essas bolas de gude, pedras etc... Teve aquele problema, aquela situação na linha de revista, que o pessoal forçou a linha de revista, então o comandante da operação autorizou que esse choque, que essa fração do choque que estava lá em cima se deslocasse também para a Esplanada e se posicionasse ali próximo à tropa. Então foram essas medidas que foram tomadas pela tropa de choque. A partir dali é o que todos nós vimos e acompanhamos. Houve uma reação, uma ação por parte dos manifestantes que investiram derrubando as grades. Pegaram, inclusive, os materiais das grades e avançaram contra o policiamento. O policiamento, então, teve que ser apoiado pelas tropas de choque.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor pode informar a esta comissão parlamentar de inquérito por que naquele dia, ao contrário de outras manifestações ocorridas, não havia sequer água para os policiais tomarem?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação aos meios operacionais, com relação à água, à própria refeição dos policiais, por questão contratual, existe um prazo para acionar a empresa. Provavelmente, como na própria sexta-feira já não havia essa informação se iria ocorrer de fato a manifestação, se iria descer a manifestação, se iriam ficar só na região do QG, se iriam para a Esplanada, enfim, não tinha informações na sexta-feira, mesmo sendo feito o documento, o plano operacional, não havia tempo hábil para, provavelmente, acionar a empresa para fazer essa entrega ou de refeição ou de água. Pode ter sido isso. Mas não sei dizer para o senhor porque que... Eu sei que, pelo menos da minha parte, não chegou ao meu conhecimento nenhum pedido sequer para que fosse feito junto ao Departamento de Logística, em que pese essa solicitação ser direta entre o DOP e o Departamento de Logística. Não passa pelo subcomandante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, eu estou perguntando isso para o senhor porque havia, em todas as redes sociais da extrema direita – e naturalmente o serviço de inteligência da Polícia Militar deve ter detectado isto –, um chamamento para a tomada do poder no Distrito Federal. E dizia que estavam em deslocamento milhares de pessoas para virem tomar o poder. Eu já disse aqui e vou repetir: ninguém toma o poder com reza; você toma poder com enfrentamento. E foi o que fizeram.

O que a gente tem detectado aqui é que a Polícia Militar do Distrito Federal, que é competente – é bom a gente ressaltar isso –, que é profissional, é uma das melhores do Brasil... mas a impressão que fica aqui para esta CPI é a de que, naquele dia, colocaram a Polícia Militar numa armadilha: com o número reduzido que foi colocado ali. Houve a possibilidade de policiais terem morrido. Aquela policial – de cujo nome não me recordo, mas o senhor certamente se recorda – que levou aquela paulada na cabeça deve... Foi milagre de Deus ela não ter sido assassinada com aquela paulada que ela levou na cabeça. O próprio comandante da Polícia Militar, o coronel Fábio, apanhou. É um negócio vergonhoso um comandante ou qualquer policial apanhar de manifestante. E não o mataram por pouco!

O governador já disse que foi um apagão. Quem é o responsável pelo apagão para que aquilo acontecesse, coronel?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, o que eu posso dizer para o senhor é o que chegou ao meu conhecimento através dos 2 coronéis diretamente responsáveis pela missão – o coronel Casimiro, comandante do 1º CPR; e o coronel Paulo José –, é que, diante das informações que eles tinham até o momento, a avaliação deles era que esse efetivo que eles estavam posicionando, que eles tinham solicitado, estavam escalando, era suficiente. Eu só posso afirmar isso. O que eu tenho de informação é essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor trabalha em cima de informações que eles colocaram para o senhor, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Era suficiente e...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Depois, quando o senhor viu que o que eles estavam informando era mentira, que providências foram tomadas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, por volta das, salvo engano, 14 e 50 mais ou menos, o celular começou com aquelas mensagens de vídeos do YouTube. Aí eu vi uma mensagem do YouTube falando sobre a manifestação de Brasília. Foi quando... Abre aquela foto inicial do vídeo. Aí tinham manifestantes em cima da rampa do Congresso. Eu abri para ver. Foi, então, que eu vi que tinham tomado, subido a rampa do Congresso e adentrado ali aquela plataforma superior do Congresso. Mantive contato, de imediato, com o coronel Fábio Augusto. Perguntei para ele, de imediato: "Comandante, vi aqui um vídeo que invadiram o Congresso. Deu problema aí? O senhor já mandou acionar as tropas para deslocar? Posso acionar a tropa? Determinar que desloque todo mundo para a Esplanada? O senhor está precisando de apoio aí?" Aí ele me respondeu: "Estou precisando. Acione toda a tropa para deslocar para cá." Então, de imediato, determinei aos coronéis que acionassem suas tropas e apresentassem todos os seus efetivos. Cada unidade... O seu comandante devia se apresentar

pessoalmente juntamente com todo o seu efetivo que estava de sobreaviso, todo o seu efetivo que estava de folga, no pátio da Academia de Polícia Militar, para de lá embarcar nos ônibus e se deslocar para a Esplanada. Então, essa foi a providência que foi adotada quando a situação já tinha acontecido. Mas, novamente, no período da manhã, quando tinha sido informado pelo coronel Paulo José que estava tudo tranquilo até por volta de meio dia e pouco, 1 hora da tarde, ele passou a informação de novo de que estava tranquilo. A informação que tinha é que era tudo adequado, que o policiamento estava devidamente posicionado e que a situação estava tranquila. Foi isso que eu tenho a dizer para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, está acontecendo um IPM, um Inquérito Policial Militar?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Tem vários IPMS que foram abertos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essas pessoas serão responsabilizadas? Porque há responsáveis pelo que aconteceu.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação aos IPMs, com certeza. Havendo conceituação de autoria e materialidade, assim é o indiciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, é sabido que a Polícia Militar do Distrito Federal tem grande *expertise* para eventos. Prova disso é a própria história das manifestações populares em Brasília, a qual mostra a Polícia Militar coordenando eventos muito maiores que os do dia 8, sem qualquer tipo de intercorrência. É justamente por isso que não dá para entender os atos de vandalismo do dia 8. As imagens, amplamente divulgadas no Brasil e no mundo, revelam de maneira incontestável um vazio das forças de segurança pública no local. Como é possível entender isso, coronel? Houve intenção de facilitar que os manifestantes invadissem os prédios públicos? Houve algum tipo de conluio de oficiais para derrubar o comando? Foi proposital ou apenas incompetência de quem planejou a operação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não tenho como afirmar para o senhor. Os procedimentos estão abertos, tanto no campo judicial, aqui na CPI, na CPMI, e as investigações que vão levar a isso. Posso dizer para o senhor que, com relação diretamente a minha pessoa, com certeza, não houve nenhum tipo de ação deliberada que fosse proposital para levar a tudo isso que aconteceu. Aquelas informações que nos chegaram ao conhecimento, o que nos foi solicitado – com relação ao apoio operacional, à autorização para o DOP escalar os efetivos administrativos à disposição – foi feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Coronel Klepter, quanto mais esta CPI avança, menos eu consigo entender a Polícia Militar do DF. O coronel Fábio, ex-comandante da corporação, esteve aqui para dizer que não tinha obrigação de saber minúcias de uma operação, mas que aparecem apenas para motivar seus homens e não para comandar. Isso não é lógico, pois como pode o comandante máximo de uma instituição estar numa operação e não comandar ninguém?

Ele disse ainda que a sua atribuição era administrar a corporação, que o comando operacional da tropa competia ao subcomandante, coronel Naime, que aqui compareceu e basicamente falou de toda a sua experiência na Polícia Militar, uma verdadeira aula sobre o seu currículo operacional. Segundo ele, nunca falhou em uma operação. No dia em que ele não está de trabalho, acontece todo tipo de erro. Será que foi proposital o cometimento de tantos erros?

Minha pergunta, coronel Klepter é esta: existe algum coronel da Polícia Militar que saiba de alguma coisa? Existe algum coronel da Polícia Militar que consiga, de fato, dar uma explicação sobre o acontecido do dia 8? Será que os erros serão atribuídos somente aos praças? Acho que não podem ser responsabilizados só os praças.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação à responsabilização de praças, não tenho nem o que falar para o senhor, porque o comando é dos oficiais, as ações de planejamento, de comando *in loco* da tropa, da ação policial são exercidas por oficiais. Com relação a eventual cometimento de alguma ação específica, com algum elemento de execução, novamente, os processos que foram instaurados é o que vai determinar isso. Mas, com relação à pergunta do senhor, a respeito das atribuições, da presença do comandante-geral,

realmente, a atribuição do comandante-geral não é, a princípio, ele planejar, ele escalar, ele coordenar e ele organizar os recursos: ele executar a missão. Nós temos uma estrutura administrativa, uma estrutura operacional condizente para a missão, distribuída de forma hierárquica, com níveis de atribuição e esses níveis precisam funcionar. Cada um tem a sua esfera de responsabilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Klepter, o coronel Naime, em depoimento prestado a esta casa, disse que o efetivo empregado pela Polícia Militar no dia 8 de janeiro de 2023 causou-lhe estranheza e também disse que estava de folga e não foi o responsável pela convocação do efetivo para o dia 8 de janeiro de 2023.

Indago, novamente, quem foi o responsável, para não dizer irresponsável, pelo emprego do baixo efetivo, por parte da Polícia Militar do Distrito Federal, no dia 8, coronel Klepter? Quem foi efetivamente o responsável por isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O efetivo empregado foi aquele que o DOP determinou que fosse empregado – do seu efetivo – e aquele que ele solicitou ao Departamento de Ensino para que o apoiasse. Então, foi o DOP, o Departamento de Operações, chefiado pelo coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a figura, a pessoa responsável do DOP quem é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O coronel Paulo José é o responsável?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou fazer a última pergunta para o senhor, porque o deputado Hermeto já está aqui agoniado para comer o biscoito. (Risos.)

O senhor tem conhecimento de que vários oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal foram indiciados em inquérito policial militar, sendo alguns indiciados pelo crime de prevaricação? O senhor sabe os motivos desses indiciamentos? Aliás, coronel Klepter, esses inquéritos foram requisitados à Polícia Militar do Distrito Federal por esta casa de lei, e, até hoje, não recebemos resposta.

Indago isto: a Polícia Militar do Distrito Federal tem algo a esconder desta casa e da população da capital da República?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Jamais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E aproveito para pedir ao senhor que nos mande, de acordo com os requerimentos que nós fizemos – não é, deputado Hermeto? – os inquéritos.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Meu deputado, jamais, jamais. A Polícia Militar, em todas as suas ações, o senhor pode ficar tranquilo, prima pela questão do cumprimento das leis e, com certeza, da transparência. Com relação aos inquéritos, eles foram instaurados pelo Comando-Geral, os inquéritos policiais militares. Em determinado momento, houve uma decisão do STF para que esses inquéritos passassem a ser atribuição do STF e apurados pela Polícia Federal. Esses inquéritos, então, precisaram ser encerrados da forma que estavam, no momento em que se encontravam, e foram encaminhados pelo Departamento de Controle e Correição para o STF – e lá estão. Como eles estão, por determinação do STF, em segredo de justiça, foi informado, em resposta ao documento que o senhor enviou, como presidente da CPI, que os inquéritos estavam no STF e deveriam ser requisitados diretamente ao STF. Inclusive, a própria Polícia Militar enviou o documento ao STF solicitando acesso oficialmente a esses inquéritos, para que eles possam ser utilizados nos processos administrativos que precisam ser abertos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, coronel Klepter.

Concedo a palavra ao relator, deputado Hermeto, para que possa fazer as suas indagações.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, presidente.

Não estou agoniado, não, é porque sabemos que hoje temos sessão em Brazlândia. A Câmara vai funcionar em Brazlândia, na parte da tarde. Nós todos temos que ir para Brazlândia. Estava agoniado para comer o biscoito.

Coronel Klepter, seja bem-vindo aqui a esta CPI. Particularmente, sou autor do requerimento que o convoca, assim como o deputado Pastor Daniel de Castro, que apresentou o primeiro requerimento. Nós 2 apresentamos requerimento. Quero ressaltar aqui que fui autor do requerimento que o trouxe aqui.

Também, coronel, eu queria só fazer um adendo, uma observação. V.Sa. está aqui, hoje, sem advogado, não tem uma plateia de coronéis. Os que antecederam o senhor trouxeram até uma plateia, da qual o presidente teve que chamar a atenção por causa das palmas. O senhor está no exercício do cargo de comandante-geral e está praticamente só, aqui. O que o senhor tem a falar sobre isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, primeiramente, é que, como brasileiro, como policial militar, especificamente, é um dever que nós temos de prestar esclarecimentos a respeito das nossas ações no exercício de função. Então, policial militar algum deve temer prestar depoimento em qualquer processo judicial, em qualquer inquérito, porque fazemos isso desde a nossa primeira ocorrência, quando entramos na polícia. Então, vejo com muita naturalidade prestar esclarecimentos. Inclusive, isso ajuda bastante realmente a esclarecer, a clarificar as ideias e tirar algumas dúvidas. Por vezes, há verdades ou meias-verdades que são ditas; e, passadas de pessoa a pessoa, levam a um entendimento diferente dos fatos reais. Então, é importante, sim, estarmos presentes. Com relação à presença ou não de pessoas, vejo isso com indiferença. Acredito que a tropa tem que estar é trabalhando na rua, desempenhando as suas funções e atendendo à comunidade. Essa é que é a nossa missão.

DEPUTADO HERMETO – Isso. É porque o presidente teve até que interceder aqui porque tinha até salva de palmas.

Coronel, quem alçou o senhor ao Comando-Geral? Como foi essa situação? Onde o senhor estava quando começaram os atos e a quebraadeira dentro dos órgãos públicos? Como foi essa relação? O senhor era subcomandante-geral e, naquele momento, virou comandante-geral. Eu não entendi. Eu estava fora de Brasília. Era janeiro, e todo mundo estava de recesso. Como é que foi? Conte-me essa trajetória aí, por favor.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, após manter contato com o coronel Fábio Augusto e confirmar com ele realmente a invasão, até então, do Congresso Nacional e determinar o deslocamento de toda a tropa para academia... Só um adendo: nesse momento em que eu vi essa mensagem, eu estava entrando no carro para ir almoçar com a minha mãe lá em Águas Claras. Ela mora perto de casa. Inclusive, é uma outra característica do sobreaviso. Em situação normal, se eu não estivesse de sobreaviso, eu estaria almoçando em Sobradinho, na casa dos parentes da minha esposa, mais longe. Como a polícia se encontrava em sobreaviso, eu estava almoçando ao lado da minha casa, porque, se fosse necessário o deslocamento, eu chegaria rápido ao quartel. E assim foi feito. Em questão de 20 e poucos minutos, 30 minutos, eu estava na academia, já recebendo a tropa. Quando eu cheguei à academia, já havia em torno de 60, 70 policiais. Começamos... A cada pelotão, a cada companhia que chegava, que fechava, nós tomávamos nota, distribuíamos o efetivo, determinávamos quem seria o oficial à frente daquele grupamento e determinávamos o deslocamento para a Esplanada dos Ministérios, para se apresentarem para o coronel Paulo José na altura do Ministério das Relações Exteriores, onde ele deveria permanecer para receber essa tropa e distribuir no terreno e pagar as missões para restabelecer a ordem. Durante essa primeira fase da missão, recebi uma ligação de um senhor – de um perito que trabalha na Secretaria de Segurança Pública, acho que é Carrara o nome, salvo engano – informando que o Secretário de Segurança Pública estava acionando a sala de crise, que eles não estavam conseguindo entrar em contato com o coronel Fábio Augusto, que, segundo informações, o coronel Fábio Augusto estaria no terreno e que eu, como 02, deveria me deslocar para a Secretaria de Segurança Pública para participar da sala de crise junto com os representantes, os dirigentes máximos dos órgãos de segurança pública e demais órgãos que

eles estavam acionando. Só um adendo: o secretário de segurança pública, no caso então, era o doutor Fernando, que estava respondendo pela secretaria. Mas só soube disso quando eu cheguei à secretaria e vi que era ele. Eu não o conhecia pessoalmente, nunca tinha visto. E também não sabia que o titular da pasta não estava presente. Passei, então, as atribuições de receber a tropa lá na Academia de Polícia para o chefe do Estado-Maior, coronel Angelis. Passei para ele as orientações para ele receber a tropa, dividir os grupamentos, embarcar nos ônibus, deslocar para o ponto de encontro para cumprir a missão; e me desloquei para a Secretaria de Segurança. Chegando à Secretaria de Segurança, em contato, então, com o secretário em exercício, acompanhamos pelas câmeras o que estava acontecendo, coordenando e acompanhando o deslocamento das tropas pelas câmeras de vídeo da Secretaria de Segurança e monitorando, conversando com o Fábio Augusto e com o Paulo José. Estava bastante difícil, porque, nesse momento – e é uma característica da Esplanada também –, as comunicações via celular praticamente, em alguns momentos, ficam inacessíveis devido à quantidade de pessoas, de público. E, como eu estava na secretaria, não estava com o equipamento rádio, eu não tinha comunicação via rádio da Polícia Militar com quem estava no terreno. Então, teve um... Era difícil essa comunicação. Mas sempre tentando, conversando, principalmente com o Fábio Augusto. O Fábio Augusto orientando, falando que precisava de tropa também para o STF e para o Palácio do Planalto, porque tinham invadido, também, esses 2 prédios. E lá permaneci nessas orientações. Por volta das 16 e pouco, em contato com o comandante do Choque – porque o Fábio Augusto estava ligando, falando que precisava urgente para mandar reforço de choque para desocupar o STF –, liguei para o major Cunha, comandante do Choque, e perguntei onde ele se encontrava. Ele falou que estava posicionando o restante da tropa de choque na via N1, próximo ao Palácio do Planalto, e que, lá, ele estava em condições de iniciar a desocupação da Praça dos Três Poderes. Perguntei se ele tinha efetivo suficiente para a missão. Ele falou: “Comandante, vamos começar agora o combate. Pode pagar a missão, que a gente vai cumprir.” Determinei a ele, então, já que ele estava próximo ao Planalto, que adentrasse o Palácio do Planalto, desocupasse o Palácio do Planalto, prendendo todos os manifestantes que lá estivessem. Ele me informou que estava com a tropa de choque, mas que, para cumprir essa missão, ele precisaria de policiamento ordinário para ficar com a guarda dos presos, para o Choque continuar avançando. Falei para ele que não havia tempo para isso, que era para ele utilizar a tropa de choque. Eu falei: “Entre agora, não espere mais nenhum minuto. Entre agora, prenda todo mundo, e eu vou entrar em contato” – determinação minha – “eu vou entrar em contato com o coronel Paulo José para ele deslocar efetivo do ordinário para manter a guarda desses presos. Adote as missões.” E ele: “Comandante, a missão vai ser cumprida”.

DEPUTADO HERMETO – Então, foi o senhor que determinou a desocupação imediata do Palácio do Planalto?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Do Palácio do Planalto. Começou pelo Planalto, porque era o local onde o Choque estava mais próximo. E ele falou, então, que ia deslocar. Eu falei: “Olha, terminou o Planalto, a tropa chegou e segurou os presos, você desloca para a Praça dos Três Poderes...”

DEPUTADO HERMETO – O senhor teve alguma ajuda das forças do Palácio do Planalto ou do Exército?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Eu falei para ele desocupar o Planalto e, depois, migrar para a Praça dos Três Poderes, STF e subir para o Congresso Nacional levando os manifestantes, prendendo o máximo possível de manifestantes até chegar ao Congresso. Ele falou que ia cumprir a missão. Passaram-se alguns minutos, ele me retornou a ligação...

DEPUTADO HERMETO – O senhor estava falando que ele estava dentro do Palácio do Planalto, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ele estava do lado de fora.

DEPUTADO HERMETO – Não. Ele prendeu os manifestantes que estavam dentro do Palácio do Planalto. Manifestantes, não, vândalos, não eram manifestantes. Se estavam dentro do Palácio do Planalto, quebrando as coisas, não eram manifestantes, eram vândalos.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O característico, para a gente, o nome correto seria

“turba”, não é? Agressivo – não é? –, partindo para cometimento de crimes. Passaram alguns instantes, o major me liga, me retorna a ligação falando que – agora eu não me recordo o nome do coronel, que é um coronel do GSI – ele foi para entrar, e um coronel do GSI o segurou e estava querendo falar com quem deu a ordem para ele efetuar as prisões. Aí, ele passou o telefone. Eu falei: “Pode passar o telefone para ele”. Aí, ele passou o telefone: “Comandante, coronel Fulano”. Não me recordo o nome que ele falou ali.

DEPUTADO HERMETO – Já foi qualificado aqui esse coronel, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – “Coronel Fulano. Só para confirmar: o senhor deu ordem para a prisão dos manifestantes, para a entrada do Choque?” Eu falei: “Dei a ordem”. E ele: “Ah, o nosso pessoal, então, vai apoiar a PM nessa missão. A gente vai entrar, então, e vamos efetuar o máximo de prisão. Confere?” Eu falei: “Confere. A ordem é essa. Está autorizado.” E ele: “Então, vamos fazer a desocupação agora”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Relator, deputado Hermeto, um momento.

Coronel Klepter Rosa, eu só quero que o senhor deixe claro para esta CPI: a determinação para a prisão dos vândalos dentro do Palácio do Planalto foi do senhor?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – *Ok*.

DEPUTADO HERMETO – Eu questionei o general Dutra a respeito de haver um coronel que estava dificultando as prisões dentro do Palácio do Planalto. O senhor conversou com esse coronel pelo telefone?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, como eu falei para o senhor, eu não me recordo do nome.

DEPUTADO HERMETO – Eu sei.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Mas creio que não seja o mesmo coronel.

DEPUTADO HERMETO – Não é o mesmo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Creio que não seja o mesmo coronel.

DEPUTADO HERMETO – Esse coronel o auxiliou na retirada dos vândalos de lá?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente. Ele disse que iria apoiar o Choque com o efetivo que fosse necessário.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*. Quem indicou o senhor a comandante-geral da Polícia Militar, como foi a trajetória?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Logo após esse momento, em questão de alguns minutos, parece que chegou a informação de que havia sido decretada a intervenção. Eu estava conversando com o doutor Fernando, passando para ele a informação de que a gente estava começando a desocupação do Planalto e a prisão dos manifestantes no Planalto. Por volta de 18 horas, mais ou menos, alguma coisa assim, chegou à Secretaria de Segurança o interventor federal, Ricardo Cappelli. Conversamos alguns minutos e ele me perguntou se eu podia acompanhá-lo até à Esplanada, porque ele queria acompanhar *in loco* as ações que estavam sendo desencadeadas pela polícia. Ele se deslocou comigo, na minha viatura, para a Esplanada dos Ministérios. Entramos pela via N1, lá por baixo, pela Vila Planalto, pelo acesso do balão do presidente. Quando chegamos aonde a tropa estava posicionada, a tropa já estava posicionada à frente do Congresso, toda a tropa ordinária à frente do Congresso; e, à frente dessa tropa, as tropas de missões especiais apoiadas em confronto com manifestantes. Então, o ambiente estava extremamente saturado por gás lacrimogênio, por gás e munições químicas: elastômero etc., bombas de efeito moral. Estavam em uma situação de confronto naquele momento, mas tanto o Palácio do Planalto, o STF e o Congresso já haviam sido desocupados pela PMDF. Permaneci então com o interventor, ao lado da tropa. O interventor solicitou que eu chamasse o comandante da PMDF. Então eu liguei para o Fábio Augusto, ele estava na linha de frente junto com a tropa, e falei para ele que o interventor estava em

campo e queria falar com ele. O Fábio Augusto retornou e os 2 conversaram. Ele perguntou qual era a estratégia a partir dali. O Fábio Augusto explicou para ele que iriam empurrando os manifestantes até que saíssem da Esplanada. E quando chegassem à parte de cima da Esplanada, próximo ao acampamento, onde já não tivessem mais prédios públicos passíveis de serem depredados, tentariam fazer a prisão da maior quantidade possível de pessoas. O interventor então falou que era realmente para prender todo mundo: "Tem que prender todos esses vândalos, tem que prender todos os que cometeram esses atos de vandalismo." O coronel Fábio Augusto falou: "Pode contar conosco, isso será feito". E dessa forma continuou avançando. Esse período avançou até mais tarde da noite. Mais tarde da noite, o interventor pediu que eu o acompanhasse até a entrada do acampamento do QG, na avenida do Exército. Nesse momento, eu já estava com o motorista dele, no carro do oficial dele. Chegando lá, o Fábio Augusto me ligou dizendo que o general Dutra estava pedindo um ponto de encontro para contato pessoal com o interventor. Passei a informação para o interventor, nós então ficamos ali parados ao lado da Rainha da Paz, aguardando o general chegar. Quando o general chegou, ele conversou com o interventor, o interventor disse que a Polícia Militar iria entrar no SMU. O general, então, solicitou para ele que essa entrada fosse feita apenas no período da manhã e não no período noturno. Aí, os 2 conversaram a respeito do porquê da sugestão. Em determinado momento, salvo engano, o general convidou o interventor para ir para a sala dele, no Comando do Planalto, e eles se deslocaram para lá, juntamente com o Fábio Augusto. E dessa reunião eu não participei. Posteriormente, quando terminou essa reunião, fui informado pelo Fábio Augusto que às 6 horas da manhã toda a tropa deveria estar lá posicionada para a retirada do acampamento e a detenção de todos os manifestantes que lá estavam, e a apresentação na Polícia Federal. Isso foi feito na manhã seguinte. Na manhã seguinte, o coronel Fábio Augusto já estava acompanhando a operação na avenida do Exército, e determinou que eu ficasse com uma tropa lá na Polícia Federal para garantir que, quando os manifestantes chegassem, os detidos chegassem lá na Polícia Federal, eles não se evadissem, não tivessem nenhum problema lá, nenhuma desordem dentro das instalações da Polícia Federal. Eu me desloquei para a sede da Federal, ali no Setor Policial Sul, e lá permaneci até um determinado momento em que o interventor chegou, e fomos nos reunir com a Polícia Federal para definir como seria feita a autuação daqueles manifestantes presos. E de lá surgiu a necessidade de se deslocar com toda aquela massa de manifestantes detidos para a academia da Polícia Federal, próxima ao Colorado, em Sobradinho, porque lá teria melhores condições para a Polícia Federal receber as pessoas, os presos, e efetuar os procedimentos da polícia judiciária. E a gente, da Polícia Militar, fez esse acompanhamento, fez essa escolta dos presos; novamente a Polícia Militar fez a escolta do Setor Militar para a sede da Polícia Federal; e depois da Polícia Federal, para a academia da Polícia Federal em Sobradinho. Eu fui acompanhando, e chegando lá, por solicitação da Polícia Federal junto ao interventor, e do interventor para mim, pediu que a Polícia Militar permanecesse lá na sede da Federal para garantir que não haveria desordens, diante da quantidade muito grande de presos que havia no local, mais de 1.500 pessoas. E foi dessa forma. Mais tarde, no final do dia, o coronel Fábio Augusto compareceu ao local e informou ao interventor que havia uma solicitação do Ministério Público de afastamento dele do comando, para garantir que as apurações seguissem. Aí o interventor virou para ele e agradeceu, falou: "Muito obrigado. Eu vou analisar as ações daqui para frente." Quando o Fábio Augusto saiu, o interventor...

DEPUTADO HERMETO – Só para deixar claro, o Ministério Público já havia determinado, ou recomendado...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Recomendado.

DEPUTADO HERMETO – Ele não determina, ele recomenda. Ele já havia recomendado o afastamento do coronel Fábio.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente. Aí quando o Fábio Augusto saiu, passaram alguns minutos, o interventor me chamou e perguntou: "Comandante, tem uma missão para o senhor, eu sei que vai ser uma missão difícil para o senhor, não posso garantir que essa missão vá durar mais do que 15 dias." Aí eu falei assim: "Sim, senhor. Pode pagar a missão, que a gente vai executar a missão." Ele falou: "Não, preciso que você assuma o comando da corporação diante da necessidade do afastamento do coronel Fábio Augusto". Eu

informei para ele e falei: "Senhor, como subcomandante-geral, automaticamente, o 01 sendo afastado, eu já assumo o comando em exercício. Então, o senhor não precisa se preocupar em nomear um comandante nesse momento, automaticamente eu já assumo esse comando. Se o senhor quiser um tempo para analisar, pensar..." Ele virou para mim e falou assim: "Não, comandante. Precisamos estabilizar a segurança pública, preciso definir a chefia, mesmo que seja de forma interina nesses 15 dias e depois, com o fim da intervenção, o Governo do DF decide quem vai chefiar a polícia dali em diante. Eu preciso contar com o senhor."

DEPUTADO HERMETO – O senhor conhecia o interventor antes?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Nunca o tinha visto e nem falado com ele. Foi dessa forma que eu fui alçado ao Comando-Geral de forma interina. Posteriormente, com o fim confiei na intervenção, o secretário Sandro Avelar me chamou na sala dele e me convidou para permanecer na função.

DEPUTADO HERMETO – Ok.

Coronel Klepter, muito tem se falado aqui nesta CPI da licença do coronel Naime. O coronel Naime disse que estava exausto, que a tropa estava exausta. Não só ele, mas o efetivo da polícia estava exausto. E é verdade isso. O efetivo vinha de uma eleição polarizada, vinha de vários grandes eventos, vinha do Sete de Setembro, vinha da posse do presidente, vinha do dia 12. Enfim, foram diversas manifestações, diversas situações.

Não só o coronel Naime estava exausto, mas eu, como policial militar, digo que a tropa estava exausta. A tropa estava cansada. O efetivo da PM, hoje, é uma vergonha! Volto a falar isto, deputado Pastor Daniel de Castro: se nós não nos atentarmos ao que vai acontecer nesses próximos 2 anos com mais...

Quantos policiais podem ir embora agora, coronel? Quantos policiais estão em condições de ir embora da Polícia Militar?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Pouco mais de 1.700 policiais.

DEPUTADO HERMETO – Nós temos, hoje, 1.700 policiais que, se resolverem ir embora agora, vão embora.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

DEPUTADO HERMETO – Hoje, no efetivo da polícia, há 10 mil, 300 e poucos?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Dez mil e duzentos.

DEPUTADO HERMETO – Duzentos? Errei por cem. Pois é, na década de 1990, quando eu era sargento da Polícia Militar, tínhamos 15 mil homens, 16 mil homens e Brasília não era nem desse tamanho. Então, a polícia está cansada e, os governantes que estão querendo mexer no Fundo Constitucional do DF, atentem-se! Nós precisamos de efetivo! De efetivo! Imaginem se esses 1.700 homens, deputado Chico Vigilante, começarem a pedir para ir embora agora, de uma vez! Esse concurso cujo resultado sairá agora não servirá para nada! Nem para repor os que vão sair. E, se mexerem, como querem no arcabouço fiscal, não vamos ter dinheiro para contratar policial. Vai ser o caos!

Volto à minha pergunta. É notório que estavam todos cansados, tanto é que o senhor teve a informação para colocar o sobreaviso. Eu acho que um dos fatores para colocar o sobreaviso – porque não tinham perspectiva de como seria, como o senhor nos disse – era o cansaço da tropa. Porque, de sobreaviso, o efetivo fica em casa, em condições de ser acionado a qualquer momento. Por sua vez, de prontidão, ele fica embarcado nos ônibus ou num quartel mais próximo do que está acontecendo.

Volto a fazer a pergunta a V.Sa. O coronel Naime disse que precisava tirar uns dias porque ele estava muito cansado. De quem partiu a dispensa do coronel Naime? Foi do senhor?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, vamos lá. Com relação a essa questão do cansaço...

DEPUTADO HERMETO – Porque isso foi muito falado aqui na CPI, e eu gostaria que o

senhor esclarecesse o fato.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim, senhor. Com relação a essa questão do cansaço da tropa, realmente é fato. O efetivo da Polícia Militar é o menor da história.

DEPUTADO HERMETO – Menor da história.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – E a nossa previsão seria de mais de 18 mil homens, hoje são quase 10 mil. Isso realmente impacta as ações de segurança pública de forma geral, tanto no policiamento ordinário quanto nos grandes eventos. É uma dificuldade. Não só a quantidade de eventos, mas os grandes eventos nos levam a empregar um efetivo considerável: *shows*, manifestações, jogos de futebol, festas, e isso consome bastante efetivo.

DEPUTADO HERMETO – Fora o policiamento normal de Ceilândia, Taguatinga... Nós temos que manter isso tudo, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente, nós precisamos manter o efetivo cuidando das nossas cidades. Mesmo o efetivo, nesses últimos anos, sendo reduzido, a Polícia Militar conseguiu – com grande esforço e grande empenho, logicamente com as ações integradas pela Secretaria de Segurança Pública e demais órgãos de segurança pública – reduzir boa parte dos indicadores criminais, principalmente os crimes violentos. Então, têm sido noticiados amplamente recordes na redução de homicídios, tentativas de homicídios nos últimos 40 anos. Mas esse é um esforço muito grande que a tropa tem feito. A tropa hoje, no horário de folga, é empregada no famoso Serviço Voluntário Gratificado. Então, além desses grandes eventos, a tropa também está trabalhando no seu horário de folga. Então, dificilmente o policial tem aquele descanso que seria aquele 100% adequado para a recuperação da sua saúde física e mental. Isso é verdade. Então, a tropa tem sido empregada não só nos grandes eventos, mas também no apoio ao policiamento ordinário, em reforço. Temos hoje unidades em que 30% do efetivo que cuida da cidade é de serviço voluntário. Esse é um número muito considerável. Então, temos esse impacto. No ano passado – é uma característica desde a questão da fatalidade da pandemia da covid – muitos eventos deixaram de acontecer, muitas festas deixaram de acontecer; e, a partir do final de 2021 e principalmente 2022, houve uma vontade muito grande de a sociedade de festejar, de reanimar, de fazer os eventos, de voltar a sua rotina do dia a dia. Então, ano passado tivemos muitos eventos e tivemos a questão das eleições também, a Copa do Mundo. Então, foi um ano de muitos eventos, de muito emprego operacional. E realmente a tropa foi muito utilizada.

Com relação à questão do coronel Naime, cabem 2 esclarecimentos. O primeiro. Ainda no começo de novembro, após as eleições, numa reunião de alto comando, eu sugeri aos oficiais do alto comando e ao Comando-Geral que, na virada do ano, nós segurássemos a maior quantidade possível de efetivo. Por quê? Teríamos a posse presidencial e a posse aqui, no âmbito do Distrito Federal. Como estava aquela comoção inicial, aquela discussão e muito antagonismo na comunidade, a gente precisaria ter um efetivo maior disponível. Então, sugeri a ele que, na virada do ano, a gente não permitisse à tropa gozar o abono de ponto anual nem o abono de final de ano, de Ano Novo; e que o pessoal de janeiro, que fosse entrar de férias, entrasse, apenas, a partir da segunda semana para que, dessa forma, a gente tivesse mais efetivo disponível no final do ano. O comandante-geral concordou, os oficiais do alto comando também concordaram, e o comandante-geral delegou que eu fizesse uma circular, informando ao efetivo, então, que as licenças oficiais fossem tiradas, apenas, a partir de janeiro, que fossem tiradas a partir da segunda semana de janeiro. Cabe ressaltar que, já nessa conversa, nessa reunião, nós tratamos que essas decisões têm um objetivo operacional, claro, mas estamos tratando de ser humano, de pessoas. Então, nós éramos cientes que já havia policiais que já tinham férias programadas com a família, com os filhos, férias escolares, que já tinham comprado passagem, pacotes, que tinham vários motivos, e que haveria pedidos para se reconsiderar. Então, já sabíamos dessa possibilidade de, eventualmente, um ou outro não poder fazer a mudança das suas férias. Foi orientado que cada comandante deveria analisar, pessoalmente, indagar e decidir, individualmente, caso a caso. Com relação ao coronel Naime, o coronel Naime já ocupava a função de chefe do Departamento de Operações desde 2021 – abril de 2021, salvo engano –, desempenhou várias missões com êxito – sempre com muito êxito –, é um excelente oficial. Há bastante tempo, ele já vinha reclamando de estresse no trabalho. Ele sempre estava reclamando e falando: "Olha, está

puxado. Eu estou virando em todos os eventos. Eu estou na Esplanada em todos os eventos. Estou acompanhando pessoalmente todos os *shows*. Está puxado. Eu preciso entrar de férias.” Mas, a cada vez que ele falava que ia entrar de férias, vinha um evento grande, vinha uma outra manifestação, um outro grande evento, e ele foi jogando para frente. Então, no ano passado, ele não chegou a tirar férias etc. Já no finalzinho do ano, eu me lembro que já em dezembro, bem no final do ano, ele estava relatando muito cansaço, conversava com os colegas, falando que estava... que não tinha tempo para a família, não conseguia ver os filhos, que estava muito cansado e que precisava entrar de férias. O Fábio Augusto solicitou para ele, eu solicitei para ele e falei assim: “Irmão, aguenta, colega. Vamos virar o ano, termina o planejamento da posse, que é o principal evento que nós temos em Brasília, e, depois da posse, você descansa. Tu tens que descansar, até porque o Carnaval já começa...”, e o Carnaval, também, era o retorno dele desde a covid.

DEPUTADO HERMETO – Sem querer interromper o senhor, coronel, a posse era tida, dentro da corporação, como o “dia D”, não é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Era o principal evento...

DEPUTADO HERMETO – E havia o medo de acontecer alguma coisa na posse.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

DEPUTADO HERMETO – Então, canalizaram tudo para a posse, certo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO HERMETO – Pode continuar, coronel.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Inclusive, na última reunião que nós fizemos antes da virada do ano, na própria reunião, o coronel Naime ainda comentou que... A gente perguntou para ele: “Quem são os coronéis que vão ser empregados? Quem que vai comandar aí?” Ele falou: “Eu”. E eu falei assim: “Mas quem vai te auxiliar para dividir contigo o horário?” Ele: “Não, eu vou do início ao fim”. E ele realmente foi do início ao fim. Então, isso demonstra um comprometimento dele com a Polícia Militar, com a atividade. E, novamente, é um excelente oficial, um excelente comandante do Departamento de Operações. E terminando o evento... Ele trabalhou na virada do ano, ele trabalhou no dia 1º, durante a posse. Então, ele... virado. E, quando terminou, ele comentou comigo: “Klepter, cara, agora eu preciso descansar. Não estou aguentando mais. Eu estou para morrer.”

DEPUTADO HERMETO – Não foi só a posse, não é, coronel? Houve o *réveillon*...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Teve o *réveillon*.

DEPUTADO HERMETO – ... em que houve diversos *shows*.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO HERMETO – Inclusive, do governo federal já, não é? Do novo governo...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO HERMETO – ... que fez várias apresentações.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente. Então, aí ele falou: “Klepter, eu preciso descansar, porque eu não estou aguentando. Ou eu descanso agora, cara, ou vou acabar baixando, porque eu não estou bem.” Então, ele falou: “Pô, deixa eu entrar, eu vou entrar de férias, vou tirar uns dias para descansar e eu volto para fazer o planejamento do Carnaval e para comandar o Carnaval”. E eu falei: “Ok, justo. Você trabalhou bem, cumpriu sua missão. Merece o descanso. O descanso é legal. As férias são um direito de qualquer trabalhador, são um direito do policial militar. A missão principal foi cumprida, o que nós tínhamos era a virada do ano, o dia 1º. Pode entrar de férias.” E assim foi autorizado.

DEPUTADO HERMETO – Deputado Chico Vigilante, o senhor é experiente, já participou de várias CPIs e de greves, estávamos lá negociando a recomposição salarial das forças de segurança, e V.Exa. até disse que ensinou a se fazer greve aqui em Brasília. Eu achei engraçado quando o senhor falou que trouxe a greve para Brasília.

Eu fico observando aqui que ninguém programava o dia 8. E, mais do que nunca,

deputada Paula Belmonte, eu estou convicto de que os cabeças do dia 8 não foram bobos. Foram programados, mesmo, porque eles sabiam que, se viessem no dia 1º, a jiripoca ia piar, o pau ia quebrar, na gíria. Eles não iriam ter espaço. Eles foram tão ardilosos, foram tão programados... Não os inocentes úteis, não, eu estou dizendo a cúpula que programou a quebradeira, os atos. Eles sabiam que não podiam fazer isso no dia 1º, porque o efetivo, todas as forças estavam mobilizadas. Eles foram muito sórdidos. Bandidos. Esperaram o dia 8, quando houve uma acomodação, e fizeram o que fizeram. Por que eles não vieram no dia 1º?

E, naturalmente, houve essa acomodação devido ao esforço, como o coronel acabou de dizer: esperou o dia 1º para entrar de férias na segunda semana de janeiro. Todos nós temos direito a férias. E eles vinham de uma escala exaustiva. Não só o coronel Naime, todos. E os bandidos esperaram o dia 8.

O senhor...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, o senhor só me permite fazer um complemento?

DEPUTADO HERMETO – Pode fazer. Sinta-se à vontade.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O coronel Naime, ele, nessa semana, o afastamento dele foi licença-recompensa, que já havia sido concedida no ano anterior, há mais de um ano, e ele não tinha tido a oportunidade de gozar essa licença, justamente pela necessidade de ele permanecer à frente do Departamento de Operações. Então, ele solicitou para mim apenas a autorização para o gozo dessa licença que já estava concedida a ele. E foi autorizado, então, que ele fizesse o gozo dessa licença e que entrasse, em seguida, de férias, na semana seguinte, e retornasse na fase ainda de planejamento do Carnaval para dar prosseguimento ao planejamento das operações relacionadas ao policiamento ostensivo para o Carnaval.

DEPUTADO HERMETO – Cabe ressaltar aqui que, quando um coronel, como o coronel Naime, que é chefe do DOP, e os de outros departamentos, entram de férias, ou de licença, há um coronel substituto à altura... Como é o nome, é adjunto?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Subchefe do DOP.

DEPUTADO HERMETO – Subchefe do DOP, com todas as características para poder assumir da mesma forma que o outro, certo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo. Esse é o intento. Nós temos uma previsão de que o comandante, quando ele se ausenta por motivo legal, ele é substituído pelo seu subchefe, subcomandante. Ele, com certeza, está na função, porque tem condições de fazer a substituição da melhor forma possível.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho muitas perguntas aqui. Umas já foram feitas, e eu quero passar a palavra para os meus colegas.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Eu vou passar.

Só quero recapitular uma coisa aqui, coronel Klepter, presidente. Há 2 pontos. Quem determinou a retirada dos bandidos, dos vândalos, do Palácio, foi o coronel Klepter?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

DEPUTADO HERMETO – Quem indicou o senhor para ser comandante-geral foi o interventor?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ricardo Cappelli.

DEPUTADO HERMETO – E o senhor disse a ele que, naquele momento, o senhor já era comandante. No momento em que foi afastado, o senhor...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Eu informei para ele que automaticamente eu já assumia o comando em exercício...

DEPUTADO HERMETO – O senhor não quis assumir naquele momento?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não é que eu não queria. Informei a ele, já que ele

não é da área de polícia militar, não compreende... Creio que não compreendia nossa estrutura. Informei para ele que isso já acontecia e que, se fosse o caso, ele poderia ficar tranquilo que não ficaria sem comando a corporação; e para ele ter prazo de ele repensar, de ele escolher um...

DEPUTADO HERMETO – Só recapitulando. *Ok*. Estou satisfeito com as minhas perguntas. Muito obrigado, coronel.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Hermeto. Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, por até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, presidente. Bom dia, coronel Klepter.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Bom dia, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nós já fizemos muitas oitivas ao longo desse processo da comissão parlamentar de inquérito e, agora, nos cabe entender algumas relações dentro da Polícia Militar, especialmente no que diz respeito à responsabilidade no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro.

Eu percebo muito que, quando se trata do dia 1º, em que foi a posse do presidente Lula – um dia exitoso –, muitos comandantes da operação – sabemos que as operações são de corresponsabilidade – são pais da operação porque a operação foi exitosa, porque ela teve um número exitoso de policiais efetivos trabalhando.

Então, muitos são os pais dessa operação e chamam para si essa operação, mas, quando se trata do dia 8 de janeiro e do dia 12 de dezembro, ninguém tem responsabilidade. Alguns estavam de férias ou não era atribuição institucional ou não tinham responsabilidade sobre a quantidade de efetivo, sobre decisões.

Percebe-se que há um empurra-empurra – do meu ponto de vista – dentro da Polícia Militar – porque nós estamos tratando ainda do papel da Polícia Militar, coronel –, porque sabemos que a responsabilidade prioritária pela segurança da Esplanada dos Ministérios é da Polícia Militar do Distrito Federal.

Nós nem estaríamos discutindo o GSI, a Polícia Federal, a Abin se a segurança pública do Distrito Federal tivesse funcionado naquele dia. Isso é um fato. Ninguém está discutindo isso do dia 1º de janeiro. Ninguém está discutindo isso de outras oportunidades e manifestações. Existe essa responsabilidade.

Eu falo sempre – nós que estamos lutando pelo Fundo Constitucional agora – que nós estamos lutando, porque este ano nós vamos receber 23 bilhões de reais do Fundo Constitucional e 52% do fundo virá para o Distrito Federal para pagar as forças de segurança, especialmente para pagar as forças de segurança. O restante do valor é para saúde e educação, mas 52% é para as forças de segurança. Nós temos essa responsabilidade como Distrito Federal.

E aí, nos resta tirar algumas dúvidas nesse processo. A primeira delas... Nós adotamos linhas de investigação aqui e os parlamentares têm posições diferentes em relação a qual linha seguir. Eu parto do pressuposto, nessa nossa linha de análise, de que existiu um embrião para esse processo violento.

Óbvio que o embrião não são só as pessoas chamadas pelo ministro Alexandre de Moraes de inocentes úteis, que, na verdade, não são inocentes, também são criminosos; mas eu também não quero chegar só nos vândalos que quebraram os vidros. Eles têm que ser culpabilizados, mas eu acho que tem que se chegar no mentor intelectual. Quem estimulou esse processo?

Há muita coisa que precisa ser esclarecida ao longo do processo, e a primeira etapa, para nós, é o acampamento pré 8 de janeiro. Esse acampamento começa logo depois das eleições. Logo após a derrota do ex-presidente Bolsonaro, o acampamento foi para um lugar inusitado, foi para a frente do quartel-general.

É muito raro ver movimentação na frente do quartel-general, mas essa movimentação, essa manifestação – suposta manifestação – tinha uma pauta, deputados: intervenção militar. Basicamente traduzindo: golpe. Para traduzir no bom português. Esta era a pauta: golpe.

Alguns parlamentares acham isso natural, acham normal a demanda de golpe, mas a legislação brasileira, não. Existe a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que diz que pedir golpe e intervenção militar é crime no Brasil, porque incita uma instituição contra o Estado democrático de direito.

Então, a primeira coisa é que, além desse crime, tivemos notícias de 73 ocorrências no acampamento – furtos, roubos e até crime sexual. Isso foi notícia publicada pelo G1 e daqui a pouco eu vou passar um áudio do coronel Naime, quando ele estava sentado aqui nessa cadeira, também falando sobre o assunto.

O senhor tomou conhecimento disso, participou das tratativas com o Exército em relação ao acampamento? Qual era a posição da Polícia Militar sobre isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não participei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De nenhuma tratativa?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tem uma avaliação? Participou de alguma reunião interna com o comandante-geral ou com o DOP sobre as preocupações com o acampamento?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Praticamente em todas as reuniões de alto comando do DOP, o coronel Naime se posicionava, informando qual era a situação do acampamento e relatando que havia necessidade de ter alguma atuação policial no local, mas sempre o que foi tratado era que dependia de uma operação integrada com as demais forças de segurança, coordenada pela secretaria e em acordo com o Exército Brasileiro, porque se tratava de uma área sobre jurisdição militar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era sempre essa a posição.

Então, a posição do DOP era que era necessária uma ação naquele território. Vamos ouvir, coronel, até para discutirmos esse tema do acampamento, a fala do coronel Naime, sentado aqui na mesa da Câmara Legislativa.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu trago esse áudio, coronel Klepter, porque ele é importantíssimo; porque, muitas vezes, há uma tentativa de se relativizar... Nós ouvimos, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, 2 generais – um da reserva e um que era comandante militar do Planalto – que pintaram um acampamento maravilhoso. E que, por isso, não haveria necessidade de intervenção.

O chefe do DOP veio aqui, sentou nesta cadeira em que o senhor está hoje e falou que esteve no acampamento várias vezes, que presenciou perigo no acampamento.

Eu queria perguntar mais uma vez ao senhor: o senhor confirma as iniciativas e o interesse da Polícia Militar em remover o acampamento em frente ao quartel-general?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo. O DOP se posicionou em várias reuniões dizendo que precisava ter essa coordenação, essa tratativa com a Secretaria de Segurança para remover o acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Inclusive, eu trago aqui o Ofício nº 5.963, assinado pelo DOP, pelo coronel Naime. No ofício, ele destaca que houve a tratativa com o Comando Militar do Planalto. Ele disse – abre aspas – “é público e notório, com ampla divulgação na mídia, que integrantes do acampamento, situado no quartel-general, vêm se envolvendo em atos atentatórios contra a ordem pública nesta capital. Inclusive, tais atos já trouxeram prejuízos materiais para o patrimônio público e privado, que somente não foram de maiores dimensões e gravidade pela pronta resposta da PMDF”.

Ele afirma ainda que foi mobilizado um amplo contingente no dia anterior para

desmontar o acampamento, que tudo havia sido acordado com o CMP, que é o Comando Militar do Planalto. E completa dizendo que "o atendimento de pedido do Exército Brasileiro implicou desgaste adicional de nossos homens e recursos materiais, para que nossa missão institucional precípua não sofresse descontinuidade ao longo do território do DF. Ressalto que o exposto se torna ainda mais relevante por ser a segunda vez que o Exército Brasileiro nos convoca para tal missão e cancela a operação, após os recursos terem sido desdobrados no terreno".

Então, o senhor confirma que houve duas tentativas para que o acampamento fosse desmobilizado? E o impedimento foi feito pelo Exército Brasileiro?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, eu não consigo falar para o senhor se foram duas ou três. Agora, eu não me recordo, mas houve tentativas...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No mínimo, duas ou três.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Houve duas ou três. E que o DOP informava que não deu prosseguimento por influência, solicitação do Exército, que decidia ou mudar a data, ou fazer de outra forma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu trago esse assunto, porque eu acho que ele é o embrião do processo que estamos discutindo. Óbvio que as pessoas que estavam no acampamento, coronel, eu não acho que elas são... Elas não pensaram nisso sozinhas. Existiram mentores intelectuais. Existia um porão nos palácios que estava planejando esse processo e incitando. Inclusive, eles diziam o tempo inteiro que tinham contatos. Inclusive, sentou um certo general nessa cadeira ali que disse: "Ladrão não sobe a rampa em geral". Ele estava se referindo ao mundo, ao planeta. Ele não se referia ao contexto, apesar de ser ministro do Bolsonaro. Mas ele sentou ali e disse isso.

Então, acho que ele brincou com a inteligência da CPI, dos deputados e das deputadas sentados aqui. Ele desrespeitou a Câmara Legislativa, do meu ponto de vista, quando disse isso. Ele não teve – eu acho, inclusive – a hombridade de assumir o seu papel e aquilo que estava fazendo naquele momento. Mas isso aí é responsabilidade dele. Eu acho que a Justiça Federal, a própria CPI vai ter que tomar, depois, a sua decisão em relação a esses depoimentos que nós ouvimos aqui.

Quero perguntar ao senhor sobre inteligência, porque o senhor disse – nas respostas ao deputado Chico Vigilante – que, no sábado, não havia informações suficientes para deixar a tropa de prontidão e que não havia informações de dimensão daquele ato. Mas tivemos acesso ao relatório da inteligência anterior que fala que já existia a tentativa de tomada do poder, que já tinha perspectiva de chegada de ônibus na cidade, que o clima era violento. Então, o senhor não acha que seria razoável a Polícia Militar ter deixado a tropa de prontidão para o domingo e não seria já razoável a previsão de um efetivo maior?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, olhando, agora, na frente do que aconteceu, com certeza, com maior efetivo, a Polícia Militar teria tido condições de mais rapidamente fazer frente àquela ameaça da turba. Com relação às informações – como eu falei para o senhor –, com relação à prontidão e ao sobreaviso, não é o comandante-geral ou subcomandante-geral que por si só olha um fato e fala: "Ah, eu quero que fique de sobreaviso".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas houve alguém que falou para o senhor, algum coronel?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Alguém falou assim: "Coronel, não precisa prontidão. Vamos deixar sobreaviso, que é melhor".

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Pois é, vamos deixar bem claro isto: não é o contrário, pediram o efetivo e foi determinado que deixassem de sobreaviso. Não foi isso. Foi dito: o efetivo é suficiente, o efetivo previsto por nós até agora é adequado – pelas informações que nós temos –; ainda não sabemos se vão descer para a Esplanada ou qual o horário que vão descer; então, quando a gente tiver mais informações, a gente vê mais a questão de efetivo.

Como havia essa possibilidade e, novamente, como era final de semana e boa parte da tropa entraria de abono ou de férias já oficialmente na segunda-feira, é normal que não havendo determinação em contrário, o policial emende o sábado e o domingo. Então, assim, para evitar isso...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aqui, a coronel Cintia disse que o mais comum é prontidão, que quase não há sobreaviso. Como é a visão do senhor sobre isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, tem sobreaviso há anos na polícia. Diariamente, 2 CPRs permanecem de sobreaviso, com as suas tropas, para o apoio operacional. Talvez ela... Eu não sei o porquê de ela dizer isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque ela disse isso. Eu perguntei: o que é mais comum? Ela disse: "O mais comum – foi dito aqui – é prontidão". Ela foi perguntada...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Nós temos sobreaviso todos os dias, inclusive sábado e domingo. Há tanto sobreaviso dos batalhões operacionais, que é o que nós chamamos de batalhão de pronto emprego, cia de pronto emprego; quanto, na parte administrativa, há um sobreaviso chamado batalhão virtual, que é o quê? No complexo administrativo, diariamente, x companhias do complexo permanecem de sobreaviso para, havendo a necessidade de escalar, o DOP já escala direto esse efetivo. Ele não precisa pedir autorização para o subcomandante ou para o comandante-geral. Então, sempre existiu sobreaviso na corporação. E, nesse final de semana, a situação foi essa. Como ele já tinha utilizado... Ele falou para mim: já chamei as companhias que estavam de pronto emprego, que é o sobreaviso dos CPRs, e preciso dos alunos para reforçar, até para eu conseguir chamar os demais efetivos. Então, eu falei: "Ok. Então, vai poder utilizar os alunos, está autorizado, e vou deixar avisado que é o sobreaviso. Olha, esse é o sobreaviso..."

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, hoje o senhor avalia que foi um erro essa decisão?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Diante do que aconteceu, se eu soubesse que ia ter esse enfrentamento, essa circunstância, com certeza.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que a linha – temos que falar de responsabilidade – de comando da Polícia Militar subestimou as ações, os atos do dia 8 de janeiro?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, essa avaliação que tanto o DOP, quanto o 1º CPR fizeram, como eu falei para o senhor, diante das informações que eles tinham, hoje eu ainda não sei dizer para o senhor sobre isso. Pelo resultado, que foi o confronto, que foi a depredação dos prédios, o efetivo deveria ter sido maior.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor lembra qual era o efetivo que seria empregado? Aquele que o senhor disse: esse efetivo está garantido?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, no início, na primeira previsão, quando eu perguntei para o Paulo José, era... Eu não vou lembrar agora todos os números, mas ele tinha relatado as 2 companhias do pronto emprego, tinha relatado o efetivo do 6º Batalhão, o GTO, o pessoal do serviço voluntário. Isso aí daria, talvez, em torno de cento e poucos policiais, cento e cinquenta, cento e noventa policiais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Esses, garantidos?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Isso. Mais os alunos que ele solicitou, mais 200, em torno de 400 policiais empregados ali.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De sobreaviso ou empregados?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Empregados diretamente. Mais as tropas especiais, mais as tropas de trânsito e demais efetivos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi o senhor que mandou esta mensagem: "Boa noite. Considerando a possibilidade de emprego massivo de nossa tropa na manifestação prevista para amanhã, determinem aos respectivos efetivos de toda a estrutura dos senhores que permaneçam de sobreaviso".

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor enviou essa mensagem.

APD 7 horas. Isso significa que era para se apresentarem às 7 horas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Que, a partir das 7 horas, eles poderiam ser escalados a qualquer momento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor mandou essa mensagem onde? Em qual grupo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Foi no grupo dos oficiais do alto comando.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No grupo de oficiais do alto comando, porque aí todos eles teriam...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Aí, cada coronel responsável pela sua área fez os seus acionamentos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu perguntei porque a coronel Cintia citou aqui que o normal era prontidão, mas o coronel Naime disse que o padrão normal, que foi sempre o que recebeu de ordem do coronel Fábio, é botar a tropa de prontidão. O coronel Casimiro afirmou a esta CPI que não se recordava de outro momento em que a tropa tivesse sido colocada de sobreaviso.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque o senhor determinou que ficassem de sobreaviso. Eu fiz essa pergunta agora, mas, como vi essas outras afirmações. Não só a coronel Cintia – para não ficar só nas costas da fala dela –, mas o próprio coronel Naime, que era o chefe do DOP, disse que a ordem do coronel Fábio sempre foi a prontidão. E o coronel Casimiro disse que nem se lembrava de outro momento em que a tropa tenha ficado de sobreaviso.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – É, deputado. O que acontece? Com relação... Até o emprego da tropa administrativa ou dos alunos ou a questão da prontidão é determinado pelo comandante quando solicitado pelo Departamento de Operações. Então, toda vez que o Departamento de Operações solicita, com certeza é atendido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não foi solicitado?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não foi solicitada prontidão, não foi solicitado mais efetivo. Foram solicitados os 200 CFPs. Como eu falei para os senhores, em conversa minha com o coronel Fábio Augusto, falei para ele: "Comandante, o DOP falou que o efetivo é suficiente, que está adequado, que vai continuar monitorando a evolução dos fatos e, quando tiver informação com relação à descida para a Esplanada, horários etc, aí vai definir mais efetivo para ser empregado". Então, isso...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, quando o senhor mandou essa mensagem, o senhor estava alinhado já com quem estava comandando a operação.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ou comandaria a operação na ponta.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, a recomendação que o senhor tinha, a recomendação técnica, do ponto de vista da segurança, naquele dia, era que ficassem de sobreaviso.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – A informação técnica era que o efetivo era suficiente. O sobreaviso foi...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Portanto, o sobreaviso era suficiente.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Eu acho importante esclarecer isso. Essa fala é fundamental, porque muita gente acabou colocando essa responsabilidade na decisão do senhor de deixar a tropa de sobreaviso. Por isso, esse esclarecimento é fundamental para a

CPI.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – E, se o senhor me permite...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu permito muito rápido, porque o meu tempo não é igual ao do deputado Hermeto ou do deputado Chico Vigilante.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – A questão do sobreaviso, só para o senhor entender, como eu falei, eu mesmo, em 30 minutos, estava pronto, equipado, no local determinado, recebendo a tropa. E assim foi feito com boa parte da tropa. Às 15 horas, por volta de 15, dez para as 15, 15 horas, foi acionado, determinado que todos se deslocassem. Como todos estavam de sobreaviso e cientes de que deveriam estar em condições de deslocar assim que determinado, às 16 horas e pouco, a Polícia Militar já começou a retomar. Então, quando o interventor chegou à Esplanada – eu o acompanhava –, os 3 prédios já estavam desocupados pela PMDF. Então, o sobreaviso, a tropa, como estava ciente de que poderia ser acionada, foi primordial para que ela chegasse mais rápido. Se não fosse o sobreaviso, teria demorado muito mais para se acionar a tropa, porque os policiais não estariam em condições.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não existe só categorias de sobreaviso e de prontidão. Poderia não ter nada.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Recomendação nenhuma.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o sobreaviso já é uma recomendação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – É uma a mais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi.

Coronel, eu quero fazer uma pergunta um pouco posterior, que já é do próprio domingo. O coronel Paulo José recebeu uma mensagem de um suposto informante que estava no acampamento e a encaminhou ao coronel Casimiro, afirmando que os manifestantes estavam – abre aspas – preparados para a guerra e que as coisas estavam mais sérias do que os brasileiros estavam imaginando. Que tinha ouvido conversas se referindo – abre aspas – até a morte. O senhor teve conhecimento dessa informação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O Paulo José comentou comigo a respeito... que ele tinha um contato que teria dito que um grupo de pessoas teriam feito afirmações mais pesadas e que eles estavam avaliando se estava tendo adesão, se isso ia ter adesão ou não. Foi a informação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, ele teve essa informação. E houve alguma mudança de orientação da tropa depois dessa informação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Quando ele comentou isso... Foi logo nas primeiras conversas. Foi daí que o efetivo saiu de cento e poucos homens para quase 400.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ah, sim. Isso é da informação do acampamento, que é anterior, então?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O coronel Casimiro havia convocado uma companhia de pronto emprego para estar presente às 7 horas na Esplanada, mas, no dia anterior, trocou o horário para 15 horas. Nesse horário, já havia sido tomada a sede dos três Poderes. O senhor sabe por que houve essa mudança de orientação de horário?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não sei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É o que queremos investigar também, porque é importante.

O senhor fez parte ou faz parte do grupo Oficiais PMDF?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Oficiais PMDF?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É um grupo mais geral. Não é um grupo só do alto comando.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Creio... Não estou lembrado. Creio que não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve acesso às mensagens do major Flávio Alencar em que dizia na primeira manifestação: “É só deixar invadir o Congresso”?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Vi pela imprensa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só pela imprensa, depois?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente. Agora, recentemente, quando ele foi preso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que existia uma opinião comum na PM? O senhor acha que existia algum clima de prevaricação ou entre oficiais ou entre praças da Polícia Militar?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não acredito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu digo prevaricação, porque deixar entrar seria o cometimento da prevaricação.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não acredito. Não acredito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor sabia que o major Alencar estava escalado pelo coronel Casimiro para comandar a operação naquele dia?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sabia. O Casimiro me informou.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É comum?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É comum um major comandar uma operação daquele tamanho, daquele porte?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim. Positivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A informação que tivemos também aqui, na CPI, é que, em geral, quando não há o coronel, como no caso desse CPR, seria a tenente-coronel Kelly?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – A comandante do batalhão era a tenente-coronel Kelly. Como ela se encontrava afastada – salvo engano, de férias –, quem estava respondendo pelo comando era o major.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, era comum um major comandar.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim. Diariamente. Essas semanas mesmo e ao longo do ano, tivemos vários majores comandando operações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve uma – inclusive, foi falado aqui pelo coronel Casimiro – discussão entre eles sobre convocar ou não a Força Nacional e o próprio major Flávio Alencar disse que não aceitaria a convocação da Força Nacional, porque o ministro Flávio Dino – é bom que fique registrado – já havia colocado à disposição do Governo do Distrito Federal. Então, houve uma conversa entre eles. O senhor soube dessa divergência sobre convocação da Força Nacional?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não chegou até o senhor também essa decisão.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acho que é importante esclarecermos, porque isso também foi colocado aqui e muito parlamentares ressaltaram: “Cadê a Força Nacional?” Nós temos o documento do ministro Flávio Dino colocando à disposição a Força Nacional, e não existia a determinação – o pedido, que é o protocolo – do governador para a utilização da Força Nacional.

Por último, eu queria perguntar ao senhor: o coronel Fábio Augusto, quando esteve

aqui, afirmou no depoimento que, ao chegar ao local, no início do dia, estranhou o baixo efetivo. Ele falou isso. Ele estranhou o efetivo. Eu sei que o senhor não cuidava da operação em si, mas ele estranhou o efetivo e ordenou dobrar a quantidade de policiais no teatro de operações. O senhor confirma essa informação? O senhor teve acesso a ele nesse momento?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Eu conversei com o Paulo José ao longo da manhã, até o indaguei: “O comandante-geral está aí contigo?” Ele falou: “Está. Inclusive, já determinou que eu alocasse mais efetivo. Eu já escalei mais companhias operacionais do sobreaviso para se deslocarem para a Esplanada”. Então, como o Fábio Augusto estava lá, o Paulo José estava lá, ele falou que, inclusive, já estava tomando medidas para reforçar o efetivo, havia a impressão de que estavam aumentando o emprego operacional, conforme eles estavam vendo a evolução da situação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor confirma o que o coronel Fábio afirmou aqui, que ele ordenou dobrar o efetivo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Eu não sei se foi dobrar. Eu lembro o que o Paulo José falou para mim: “O Zé não está aqui; inclusive, me falou para aumentar o efetivo; eu já mandei acionar mais 2 companhias, salvo engano, do sobreaviso para descer para cá”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Muito obrigado, coronel, pelas informações. Acho que é importante esclarecermos. Outros coronéis que já vieram também... No caso do coronel Naime, ele já está convocado para retornar também à CPI, porque ele fez várias afirmações que tiveram muita repercussão e são importantes para avaliação do que aconteceu naquele dia, sabendo que o que aconteceu, do meu ponto de vista, é desdobramento de um processo incitado, planejado, estimulado e financiado, que nós precisamos apurar, como casa legislativa, com muito rigor.

Muito obrigado pelas informações.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, pela ordem de chegada, por até 25 minutos, o deputado Pastor Daniel de Castro.

Está liberado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente. Bom dia, querido presidente. Bom dia, deputado Hermeto, nosso relator, deputado Fábio Félix, deputada Paula Belmonte, deputado Gabriel Magno, que aqui estão. A todos os presentes, aos assessores, àqueles que assistem a esta reunião pela TV Câmara, bom dia. Bom dia a todos vocês. Bom dia, coronel Klepter.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Bom dia, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É uma honra. O senhor estar aqui nos honra muito. Eu acho que eu estava certo, porque o convite para que o senhor estivesse aqui partiu de minha autoria. Eu gostaria muito que o senhor tivesse sido o primeiro, mas aqui é uma casa parlamentar em que dialogamos muito, e o Hermeto me convenceu de que o senhor deveria ter vindo depois. Por demais, não estava errado, mas eu entendo, ouvindo o seu depoimento até agora, que eu estava correto, porque o senhor vem fazendo uma descortinação de tudo. O senhor vai nos ajudar a fazer a individualização das condutas, o que, para nós, é o de mais importante para que possamos apenar quem precisa ser apenado e não condenar inocentes.

Desta sorte, quero começar minha fala, citando, mais uma vez, o que eu cito aqui, a Bíblia Sagrada, a palavra de Deus, Salmo 89, versículo 14, que diz: “A justiça e o direito são as bases do teu trono; amor e fidelidade precedem a tua passagem. Justiça e juízo são as bases do teu trono; benignidade e verdade vão adiante de ti”.

A nossa ideia aqui é a justiça, é a verdade. Quando eu vejo o seu depoimento, não tem como eu não fazer 2 pedidos; aliás, 2 rogos; aliás, 2 súplicas. A primeira, à presidência desta CPI: este depoimento do coronel Klepter deveria ser anexado a uma peça, encaminhado ao eminente ministro Alexandre de Moraes, para rogar a ele que imediatamente ponha em liberdade o coronel Naime. Não o conheço, não tenho relacionamento com ele, mas, de todos,

é o único preso.

Para a prisão, há muitas medidas, presidente, que podem ser tomadas. Pode-se colocar uma tornozeleira eletrônica, podem-se usar medidas cautelares. Mas o homem está aqui. Quem o comandava era o coronel Klepter, que era o subcomandante. Ele falou do seu profissionalismo. Ele já externou isso aqui. Ele vai voltar aqui outra vez. Mas é o único que está preso – uma prisão demorada demais!

Eu rogo encarecidamente ao eminente ministro Alexandre de Moraes que possa colocá-lo em liberdade com as medidas cautelares necessárias. É um ser humano, um pai de família. Aqui não vai uma expressão de defesa de pessoas por pessoas, mas do direito – do direito!

O senhor traz muitos esclarecimentos. Por isso, eu imagino que o senhor deveria ter vindo primeiro. Talvez outros depoimentos teriam até mudado. Eu tenho conversado com muitos oficiais, coronel Klepter. Eu admiro demais essa corporação, demais da conta. É brilhante – brilhante! Nós vamos vendo que determinadas atitudes que foram tomadas...

Aqui não é nossa função julgar ninguém. Neste momento, nós estamos no momento de fazer inquirições para que busquemos as verdades, para que possamos apontar essas individualizações de condutas de todos, dentro do devido processo legal, para encaminhar uma peça muito estabelecida, um relatório muito bem feito, que eu creio que é o que será feito pelo nosso relator e por esta CPI, com a participação de todos os seus membros, sejam os titulares, sejam os suplentes, para que possamos praticar a verdadeira justiça a todas essas pessoas.

O brilhantismo do seu depoimento, a descortinação e as posições de cada um desses comandos mostram que alguns que vieram aqui tiveram tantas oportunidades e não falaram. Claro, eu imagino, são coronéis, V.Sas., talvez muitos venham da mesma academia, da mesma tropa, do mesmo relacionamento. Eu sei que não é fácil um falar do outro, mas V.Sa. falou, é um grande profissional. Estava cansado. A tropa está cansada.

O deputado Hermeto aqui representa essa tropa de uma forma brilhante. Já falei isso para ele. Fiz questão de vir aqui à audiência que ele fez. É um grande representante dessa categoria. Entendo que a categoria deve se orgulhar de ter um representante aqui nesta casa à altura do deputado Hermeto.

Nós estamos falando que a tropa está cansada, a tropa é pequena. Nós não somos 500 mil pessoas, nós somos 3 milhões e cuidamos de 4 milhões e meio. O senhor fala que tem 10.200 policiais, muito fácil. Ouvi atentamente a fala do deputado Fábio Félix sobre o planejamento, mas, se nós tivéssemos mil policiais lá, podia ter planejado o que tivesse planejado, não tinha acontecido o que aconteceu.

E o planejamento, mesmo discordando de tudo até então, se não infringir a legislação vigente, não é crime. Acampamento, deputado Fábio Félix, com muito respeito que tenho por V.Exa., V.Exa. sabe disso, não era crime. Manifestação é legítima. Todos que passaram aí falaram. Lá só tinha 150 pessoas. Quem veio veio de fora. Quem quebrou foi de fora. Nós estamos buscando.

Aliás, já chegou a esta CPI a relação da ANTT e do Ministério do Turismo de mais de mil pessoas que se hospedaram em hotéis. Isso não é qualquer vândalo. Tem patrocinador, tem financiador. Não é qualquer um que foi para lá. Nós vamos chegar a essas pessoas. Desses nós vamos pedir quebra de sigilo telefônico, bancário, fiscal. Eu não tenho dúvida de que, assim fazendo, procedendo sem rancor, sem guerra, sem... Não é meu perfil aqui buscar isso, não; mas meu perfil é buscar a verdade.

Vamos lá. A coronel Cintia, coronel Klepter, afirmou aqui a esta comissão que os protocolos da ação integrada não definem o quantitativo de efetivo que será utilizado nas operações, pois esse ponto é um desdobramento operacional de cada órgão. Por outro lado, o ex-secretário executivo, doutor Fernando, afirmou que obteve a informação de que a PM disponibilizaria pelo menos 600 homens. Afinal, havia um efetivo previamente definido para ser utilizado naquele fim de semana ou seria apenas um ato discricionário de algum oficial?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação ao documento da secretaria,

realmente o documento que sai da secretaria, via de regra, é mais genérico. Ele dá missões mais genéricas, principalmente quando são grandes manifestações. Eventualmente, dependendo da situação, às vezes, ocorre de vir missão específica. Com relação a esse dia em especial, essa informação aí que o doutor Fernando recebeu de 600, eu não sei de onde partiu isso, não sei quem deu essa informação. Mas, com relação aos efetivos, como eu falei para o senhor, até no sábado de manhã, o DOP, junto com o 1º CPR, tinha feito uma previsão inicial de efetivo. Ao longo do dia do sábado, com a chegada dos ônibus ao acampamento, então, iniciou-se essa tratativa para se aumentarem os efetivos. E o efetivo foi aumentado conforme essas informações foram chegando. Então, o que eu tenho de informação para o senhor é isso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Coronel, ainda segundo o depoimento do doutor Fernando, ao final da reunião do dia 6 de janeiro, quando foi elaborado o PAI, a PMDF afirmou que não economizaria tropa – está em negrito, com letra maiúscula –, pois havia informação de que poderiam ocorrer interferências naquele evento. Isso aqui é uma posição, inclusive, do diretor-geral da Polícia Federal, que noticiou 11 órgãos, inclusive o Ministério da Justiça.

Com base nesses fatos, o senhor considera que, na verdade, houve uma economia de tropa?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, eu não posso fazer essa afirmação, porque o contato que eu tinha era com o chefe do DOP e com o comandante do 1º CPR, 2 coronéis com missões específicas responsáveis pela fase de planejamento e pelo emprego operacional, e eles fizeram a avaliação com as informações que tinham e repassaram a mim e ao comandante Fábio Augusto que aquele efetivo era suficiente. Então, não posso fazer essa afirmação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O coronel Fábio afirmou que o comandante-geral da Polícia Militar é o gestor político estratégico da corporação e que não é atribuição do comando estar no terreno. O senhor concorda com essa declaração?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Positivo. A legislação... a forma geral... a atribuição do Comando-Geral é administrar e comandar a corporação. Algumas missões específicas lá... inclusive, na legislação, um dos itens que tem lá é a questão da motivação da tropa, de ele estar presente para motivar a tropa. Então, isso legalmente é previsto de fato. Comandar o policiamento especificamente ou fazer todas as fases de planejamento e emprego operacional não é do comandante-geral, não é do subcomandante-geral, é do setor responsável. E, como eu falei para os senhores, a questão de subir a definição de qual efetivo vai ser empregado, só acontece quando o DOP, além do efetivo todo que ele tem no departamento, precisa de mais efetivo. Então, ele pergunta: "Olha, eu preciso de mais efetivo, eu já empreguei meu efetivo e estou precisando de mais, me autoriza a utilizar o efetivo dos outros departamentos?" Aí, sim, que o subcomandante-geral, juntamente com o comandante-geral, faz essa autorização. Como eu falei, no sábado, diante dessas informações que ele já tinha aumentado o efetivo, já tinha solicitado os alunos, o complemento dos alunos já tinha sido autorizado. E ainda havia uma previsão de ele analisar o que estava acontecendo e readequar o policiamento para o dia seguinte, não só durante o dia, inclusive para a noite, para segunda-feira, porque já havia informes de que poderia ocorrer o tal deslocamento para a Esplanada na segunda, não se sabia se ia ser no domingo ou na segunda, não havia essa certeza de horário para ser empregado o policiamento. Então, por isso que foi informado a ele: "Olha, então vai ficar todo mundo de sobreaviso, já ciente de que pode ser empregado a partir das 7 horas, conforme a necessidade. Você já está autorizado a escalar o efetivo e a empregar o efetivo, conforme a sua necessidade. Não precisa ficar me pedindo: 'Ah! Preciso de mais 10, de mais 100, mais 200'. Você já tem toda a polícia à sua disposição".

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Esta CPI tem informação de que o coronel Naime estava afastado. O senhor já respondeu, mas eu vou perguntar de novo: por ocasião do evento do dia 8 de janeiro, quem indicou o substituto do coronel Naime e quem autorizou o afastamento do coronel Naime?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Substituto do Naime... Todos os cargos de coronel são

indicação do comandante-geral e nomeação do governador do Distrito Federal. Com relação ao afastamento do coronel Naime, como eu relatei, ele vinha se queixando há bastante tempo de estresse e problemas de saúde, alertando que precisava descansar, que estava tendo problemas com a família etc. E quem autorizou o gozo da licença a que ele fazia jus fui eu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Coronel. O coronel Casimiro afirmou em depoimento que o coronel Paulo José acionou o efetivo para o dia 8 de janeiro. Segundo essa decisão, sob o comando do coronel Casimiro, foi determinada a utilização de uma companhia de pronto emprego que é composta por 54 policiais. O senhor pode nos dizer se o 1º CPR possuía mais de uma companhia?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Bem mais.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quantas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O efetivo do 1º CPR hoje eu não consigo afirmar... Deve ser o efetivo total uns 800 homens, por aí.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Qual a sua opinião sobre a decisão do coronel Paulo José de determinar o envio de apenas uma companhia do CPR e não de todas as companhias e não de todo o efetivo?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deixa eu esclarecer, deputado. O efetivo geral do comando é bem maior. Esse pronto emprego, como eu falei, é a tropa que diariamente fica de sobreaviso. Então, hoje, tem 2 unidades, 2 comandos regionais que têm tropa de sobreaviso. Amanhã, idem. Sábado e domingo, idem. Feriado, idem. Todos os dias, temos tropas de sobreaviso. Essas tropas de sobreaviso significam o quê? O Klepter está de sobreaviso. O Klepter pode ser escalado a qualquer momento. Então, o Klepter tem que permanecer próximo à sua residência, em condições de, quando acionado, se deslocar para cumprir a missão. Então, esse efetivo de sobreaviso diário, que é esse pronto emprego do 1º CPR, gira em torno de uma companhia operacional por comando regional. Então, esse é o efetivo que está de sobreaviso. Geralmente, em qualquer situação de necessidade de emprego operacional, é a primeira tropa... aliás, a primeira, não. A primeira é a ordinária, que já está no terreno e que pode ser remanejada: os grupamentos táticos, a Rotam, a Patamo, quem já está de serviço naquele momento. O segundo reforço operacional é justamente essa tropa de pronto emprego. Então, teria essas 2 companhias de pronto emprego para serem empregadas de imediato. Mas, sendo necessário, o 1º CPR poderia ter escalado mais efetivos que ele tem disponível. E se ele tivesse vencido todo o seu efetivo, poderia ter solicitado efetivo para o Departamento de Operações.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok.

Coronel, fiz esta pergunta ao general Heleno. Tenho repetido várias perguntas a várias pessoas que têm se sentado nessa cadeira, porque eu acho que é uma oportunidade de responderem. Fique à vontade.

No dia 8 de janeiro deste ano, o prédio da Polícia Federal em Brasília havia sido atacado. O ato terrorista de colocação de uma bomba no aeroporto também já havia ocorrido. Pela sua experiência de policial militar, V.Sa. considera aceitável que algumas horas antes das invasões do dia 8, o GSI, então subordinado à presidência da República, dispensasse um batalhão inteiro que reforçava a guarda do Palácio do Planalto?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, eu não tenho informações que possam dar uma resposta eficaz a respeito de outros órgãos, o que levou eles a tomarem essa decisão. Não tenho informação oficial de qual efetivo eles tinham disponível, as circunstâncias. Eu não tenho como opinar a respeito.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Coronel Klepter, muito obrigado por sua contribuição.

Quero dizer, presidente, que estamos trabalhando aqui, desde o mês de março, com o propósito de encontrar os verdadeiros culpados por aquele momento triste da história política do Brasil.

Sinceramente, após meses de trabalho e 16 reuniões ordinárias, imagino que muitos

questionamentos foram superados. Imagino que já começamos a formar convicção na nossa cabeça para a montagem de relatório.

Mas antes de comentar sobre esse ponto, eu gostaria de registrar aqui, de público, o meu respeito e a minha admiração pela Polícia Militar do Distrito Federal, composta de verdadeiros heróis.

Fala-se de uma população tão grande de 10.200 homens. Mas esses homens estão distribuídos nos batalhões de todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Não são todos que poderiam estar aqui. O trabalho que a corporação da Polícia Militar realiza é digno de aplauso. E as perguntas que tenho feito aos militares que aqui comparecem têm o firme propósito de demonstrar que falhas podem até ocorrer, pois somos humanos. Entretanto, atribuir responsabilidade à instituição, que este ano completou 214 anos de existência, é algo que não podemos de maneira nenhuma tolerar – nenhum membro desta CPI.

Parabenizo sempre o deputado Hermeto pelo trabalho que ele realiza em defesa da briosa Polícia Militar. Eu tenho certeza de que o relatório que esta comissão fará, que será elaborado, está sendo redigido com a mesma seriedade com que todos nós estamos aqui nesta casa exercendo a nossa atividade parlamentar, a nossa atividade de membro desta CPI, com o único intuito: buscar a verdade e culpar quem precisa ser culpado.

Desde a nossa primeira reunião, senhor presidente, eu também procurei alicerçar a minha participação nesta CPI sobre os mesmos fundamentos que utilizo para conduzir a minha vida pastoral, a minha vida na advocacia e as minhas decisões políticas. E ainda, conforme já afirmei em outras oportunidades, eu tenho tentado separar convicções políticas da minha obrigação em contribuir com a verdade real para que, efetivamente, ela seja revelada nesta CPI.

Exatamente por esse motivo, incomoda-me a insistência de alguns em condenar indistintamente todos os manifestantes que estiveram acampados em frente do QG do Exército por mais de 50 dias. Diversas vezes eu já sustentei aqui desta cadeira a obrigatoriedade que temos de contribuir com a individualização de condutas, que essas individualizações sejam observadas, pois esse requisito é a base de toda e qualquer investigação.

Nesse ponto, vale lembrar que eu perguntei a praticamente todos os depoentes se eles poderiam afirmar, com segurança, que aquele grupo que esteve acampado por mais de 50 dias era o mesmo grupo que invadiu os prédios e nenhum depoente fez essa afirmação positivamente. Pelo contrário, aqui houve vários – vários! – que se sentaram aí e falaram: “Não, ali estava num momento de decadência, de esvaziamento. Só havia 150 manifestantes num total de 300, porque 150 eram pessoas de rua, em estado de vulnerabilidade, que para lá se afluíam por conta da comida.”

Então, só havia 300 pessoas. E eu continuo dizendo que isso tem que servir para formar a nossa convicção na condição de julgadores, membros desta CPI, para imputar a individualização de conduta. Não podemos generalizar todos, como muitas vezes acontece.

Aliás, o general Dutra trouxe detalhes preciosos para a nossa investigação. Eu vou citar um trecho aqui, presidente, da fala do general Dutra.

Disse o general que não se tratava de um acampamento terrorista; que em nenhum momento o acampamento foi declarado ilegal; que não foram apreendidas drogas no acampamento; e que, no dia 6 de janeiro, no acampamento, havia 150 pessoas.

Imagino que não pode ser um policial militar, com muito respeito, que chega aqui e fala que lá havia droga, havia estupro; porque, se havia droga e ele não prendeu, ele prevaricou na sua própria função. Se havia droga e ele não prendeu, ele cometeu um crime também. Mas não é ele quem vai dizer isso, porque lá é jurisdição do Comando Militar do Planalto, do Exército Brasileiro.

Além disso, o general Dutra revelou ainda que, no dia 7 de janeiro, chegaram alguns ônibus a Brasília, com aproximadamente 2.500 pessoas, que ocuparam o acampamento, o qual já estava praticamente abandonado, conforme inúmeros relatos. Colocar a culpa em quem lá estava se manifestando?

Esta comissão já sabe que o serviço de inteligência alertou para o risco que essas pessoas recém-chegadas representavam.

Para encerrar aqui, senhor presidente, transcrevo a outra parte do depoimento do general Dutra: "As imagens comprovam que as pessoas que participaram daqueles atos não eram unicamente do acampamento, pois foi possível ver pessoas passando pelos prédios dos ministérios em direção ao Congresso, ao STF e ao Palácio do Planalto".

Conforme já afirmei em outras oportunidades, que a verdade apareça, que os verdadeiros responsáveis sejam encontrados e punidos dentro do devido processo legal e que os inocentes sejam soltos. Ainda há pessoas inocentes presas.

Eu continuo confiando na justiça do meu país e torço para que os atos como aqueles que aconteceram no dia 12 e no dia 8 jamais voltem a acontecer na capital do nosso país.

Por isso a necessidade de buscar a verdade, de punir de forma rigorosa aqueles que praticaram os erros, aqueles que praticaram crimes, aqueles que depredaram.

Que, acima de tudo, prevaleça o devido processo legal, a presunção da inocência, a individualização de condutas, pois esse tripé é a estrutura que efetivamente possibilita a aplicação da verdadeira justiça.

Fora desse tripé não existe justiça. E, quando não se pratica a justiça, você está punindo alguém que não merece. Por isso eu sempre abro a minha fala nesta comissão dizendo que precisamos observar muito a justiça e a verdade porque a injustiça e a mentira mexem com o pai da justiça e com o pai da verdade. E o pai da justiça e o pai da verdade é Deus.

A nossa caneta é muito importante – nós sabemos disso –, temos um papel fundamental porque, a depender das decisões que tomaremos, podemos julgar e penalizar os verdadeiros culpados e mandar uma mensagem para a sociedade brasileira e para todos os dogmas, sejam os de direita ou os de esquerda: cuidado nas manifestações daqui para a frente porque o Judiciário está de olho, mas nós também havemos de estar de olho.

Muito obrigado, presidente.

Que Deus nos abençoe.

Obrigado, coronel Klepter.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, agora na condição de titular, tendo em vista o ofício que recebi, ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra, na condição de suplente, ao deputado Gabriel Magno, por 15 minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente.

Bom dia, coronel Klepter. É importante a sua vinda aqui também a esta CPI e o depoimento que o senhor acabou de dar respondendo a algumas questões.

Quero começar, coronel Klepter, com uma questão que eu já trouxe a esta CPI, mas que apareceu novamente hoje.

O senhor agora é o comandante-geral da Polícia Militar e, de acordo com o regimento, tem algumas obrigações, inclusive de pensar o planejamento da própria força de segurança da Polícia Militar no Distrito Federal. O senhor disse que hoje nós temos o menor efetivo da Polícia Militar da história. O senhor confirma essa afirmação? É o menor efetivo da história?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Desde quando foi feita a última legislação que definiu o efetivo em 18 mil e pouco, é o menor efetivo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Isso é muito grave, não é, coronel? Porque, eu já disse aqui uma vez que a CPI trouxe para nós uma questão sobre como o governador Ibaneis tratou e trata mal o serviço público desta cidade. Ele permitiu isso. O menor efetivo da história

da Polícia Militar no Distrito Federal. Essa é uma decisão e uma ação perigosa, porque, pelo relato aqui, não mostra só a incompetência do governador, mas uma irresponsabilidade, porque o que foi dito aqui é que o dia 8 foi um reflexo disto: da exaustão das forças, das tropas, fruto desse efetivo menor da história.

Isso também se reflete em outras áreas: na saúde é a mesma coisa, na educação é a mesma coisa, na assistência social é a mesma coisa. É importante revelar isso nesta CPI, nesta casa, porque, de fato, é preciso reverter essa agenda de desmonte do funcionalismo público do Distrito Federal – e agora com o senhor como comandante geral da Polícia Militar –, para que possamos pensar em soluções para poder recompor esse efetivo.

Quero inicialmente colocar aqui essa questão do dia 8. O senhor já respondeu sobre o sobreaviso, mas a coronel Cintia – quero retornar esse debate – afirmou aqui nesta CPI que a decisão foi do senhor; e o senhor acabou de dizer para nós que tomou essa decisão de sobreaviso com base nas informações que chegaram ao senhor até o dia 7, quando tomou a decisão, porque na sexta-feira ainda não havia informações suficientes do horário, do que aconteceria no dia 8, domingo. Estou dizendo isso por quê? Porque, para mim, há alguns equívocos graves: primeiro da inteligência, e do planejamento da própria Polícia Militar.

O último depoimento nesta CPI foi do coronel Casimiro. Ele até chegou a dizer que teria a informação de que haveria uma tentativa de invasão nos prédios da inteligência da Polícia Federal. Ele até disse em um tom não muito correto, na minha opinião, de que era uma informação que não partiu da inteligência, mas do porteiro da Polícia Federal. Parece que era óbvio, era nítido, era notório o que aconteceria, porque no dia 4 já havia informações, e houve uma reunião no dia 6. Há uma afirmação – que o senhor coloca – de que o dia 1º seria o dia D. Essa é uma afirmação do senhor a uma pergunta do deputado Hermeto. E que, a partir disso, teve uma desmobilização das tropas na cidade, com uma tentativa de golpe em curso. Parece-me que seria óbvio que ninguém tentaria um golpe no dia de maior mobilização das forças de segurança, que era o dia 1º de janeiro. Estava na iminência de isso acontecer. É por isso que eu quero perguntar algumas coisas sobre o dia 8.

O senhor naquele momento era o subcomandante da Polícia Militar, correto?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O DOP, Departamento de Operações, é subordinado ao subcomando da Polícia Militar?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exato.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – No dia 8, o Paulo José, em depoimento à corregedoria, relatou que o choque montado foi acionado somente às 14 horas e 10 minutos – poucos minutos antes, 20 minutos antes de acontecer a invasão nos prédios. Por estar em sobreaviso, talvez a demora para que o choque tenha chegado à Esplanada a tempo de evitar a tragédia que aconteceu.

Eu pergunto, coronel, mais uma vez: a Polícia Militar não tratou de todos os acontecimentos que culminaram no dia 8 com a devida importância, por quê? Nós estamos falando de uma tentativa de golpe de Estado. Nunca foi discutido em nenhuma reunião do comando da Polícia Militar, das forças com o Governo do Distrito Federal, com o Secretário de Segurança Pública que estava em curso nesta cidade – e foi gerenciada no acampamento em frente ao quartel general – uma tentativa de golpe e tratado isso com a seriedade que merecia? Pelos depoimentos do senhor, de outros coronéis que aqui se sentaram e de outros integrantes das forças de segurança, parece-me que foi tratada com muito desprezo a gravidade do que estava acontecendo. Era uma tentativa de golpe de Estado. As pessoas pediam intervenção militar. Um crime estava acontecendo, desrespeitando uma lei, a Lei nº 14.197, que prevê, tipifica o crime contra o Estado democrático de direito, nos seus arts. 359-L e 359-M.

Hoje, o senhor, agora como comandante-geral da PM, olhando para trás, não houve um certo desprezo ou não reconhecimento da gravidade do que estava ocorrendo na cidade e no Brasil?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, boa tarde. Eu vou chegar nessa última

pergunta do senhor. Permita-me só fazer uma consideração. Realmente, o nosso efetivo é o menor, mas convém ressaltar que, nos últimos 4 anos, tivemos entradas anuais de efetivo. Então, tivemos o empenho da Polícia Militar, do Governo do Distrito Federal para recompor o efetivo. Inclusive – posso afirmar para o senhor – nós fizemos a formação máxima que o nosso departamento de ensino consegue fazer anualmente. Então, nesses 4 anos, mesmo que nós tivéssemos uma outra oportunidade orçamentária de ter feito mais ingressos, nós não tínhamos condições físicas, de instalações, de estrutura de ter formado mais do que nós formamos. Então, principalmente nos últimos 4 anos, a Polícia Militar teve uma política de recomposição do seu efetivo. Com relação à questão de desmobilização, que o senhor citou, a partir do dia 1º, não houve desmobilização a partir do dia 1º. A tropa estava em condições, os oficiais estavam em condições. O que houve a partir do dia 1º... Realmente foi um fato: o dia 1º era o dia D, era o dia mais importante do Brasil, da nossa democracia. É o dia da posse dos nossos representantes. O que houve... Realmente, até o dia 1º, era uma grande preocupação que tivéssemos um problema. A partir do dia 1º, nós não tínhamos mais informações nenhuma de que haveria qualquer manifestação. Realmente o acampamento, as informações que a inteligência trazia eram que a quantidade de manifestantes lá estava diminuindo de forma consistente, diariamente. E, naquela semana específica, quando ali, no final da semana, surgiu essa informação de que teria esse chamamento pelas redes sociais para esse evento, a informação que a inteligência nos trouxe, não só da PMDF, como da Secretaria de Segurança, que é a que coordena e representa a gestão da inteligência no âmbito do DF, é que não havia engajamento de público para essa manifestação e que o *animus* era pacífico. Então, a informação inicial que esses oficiais responsáveis pelo planejamento apresentaram era esta: o acampamento estava desmobilizado, tinha poucas pessoas e o chamamento que estava tendo para essa manifestação ou...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O chamamento era pela tomada do poder.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – ... e que esse chamamento não teria adesão e que não teria engajamento. Então, essa forma foi o que aconteceu na sexta-feira. Com relação ao planejamento do efetivo, como eu já citei, teve essa reunião na sexta-feira, na qual o próprio comandante do primeiro comando regional compareceu e representou a polícia. Cabia a ele, inicialmente, essa definição de efetivo, de propor qual o efetivo a ser empregado. Havendo a necessidade de um reforço, ele julgando que não tinha condições, era facilmente (*sic*) subir a decisão solicitando mais efetivo para o DOP e apoiar os demais departamentos. Com relação a essa questão do choque montado, deixa eu esclarecer para os senhores. Não existia só a opção sobreaviso e prontidão. Existia a opção, que talvez fosse até a mais alinhada, a mais viável, de confiar e acreditar na avaliação dos dois representantes operacionais da polícia relacionados ao planejamento, que era o coronel Casimiro e o coronel Paulo José, de que o efetivo era suficiente e simplesmente não escalar mais ninguém nem deixar ninguém de sobreaviso, avisado que poderia ser escalado. Novamente, se isso perdurasse, se nós tivéssemos optado por simplesmente não dar nenhum aviso, avisar ninguém que ele poderia ser escalado, que ele deveria estar em condições de ser empregado e se apresentar rapidamente, essa tropa, quando acionada, quando tivesse ocorrido o problema, lá por volta de 15 horas, poderia ter demorado muito mais horas para chegar. O tempo médio em que ele chegou na esplanada foi de 2 horas. Em 2 horas e pouco, o efetivo já estava mobilizado. Como ele foi escalado às 7 da manhã, ele poderia ter sido chamado às 7, às 8, às 9, às 10. Mas ele só foi chamado às 15 horas.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Os fatos mostram que não foi acertada a decisão. A demora de 2 horas depois de ser chamado mostra que houve uma falha operacional no dia, nítida e notória. Se não houve falha operacional, estamos falando que houve planejamento e conivência com todo o processo. Então, houve uma falha operacional ou foi permitida a entrada de maneira proposital. A falha aconteceu e não foi só operacional, mas também de planejamento da inteligência, porque já mostramos aqui, inclusive, que houve diferença do tratamento por parte da Polícia Militar com esse ato golpista criminoso em particular com outros atos, inclusive manifestações na esplanada. Outros coronéis aqui presentes disseram que, quando há manifestações na esplanada, o corriqueiro, quando acontece essa chamada, é a prontidão, não o sobreaviso e mesmo o tamanho das tropas.

Meu tempo está acabando. Quero entrar em uma segunda questão, que é do acampamento e do dia 12. Ninguém foi preso no dia 12, coronel! Coronel Casimiro nos disse que foi porque é difícil fazer prisões com equipamentos de choque, o que não condiz com a verdade. Vimos aqui, num vídeo, inclusive em outras ocasiões, o Choque fazendo prisões com os equipamentos quando se tratava de outras questões. Por que ninguém foi preso? Há uma informação, trazida pela coronel Cintia também, de que houve uma informação errada no dia 12. Mandaram as tropas para o final da Asa Sul e não para a Asa Norte. O senhor tem conhecimento dessa informação equivocada e por quem foi passada?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação ao dia 12, eu não me encontrava presente, eu me encontrava de férias. Então, não tenho como opinar.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor não obteve nenhuma informação, nem antes, nem depois do...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não, senhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Por fim, coronel, sobre o acampamento em frente ao quartel-general, o general Dutra afirmou nesta CPI que a Polícia Militar em nenhum momento tentou desmobilizar o acampamento, o que contradiz depoimentos de colegas seus que aqui afirmaram – inclusive o coronel Naime está sendo reconvocato – que tentaram desmobilizar o acampamento e foram impedidos pelo Exército. Isso desde o dia 1º de novembro, após o resultado das eleições.

A minha pergunta é: a Polícia Militar tentou desmobilizar os acampamentos e foi impedida pelo Exército no ano passado? O general Dutra mentiu nesta CPI ao dizer que não houve tentativa? Qual foi a opinião da Polícia Militar com relação aos acampamentos que nitidamente eram criminosos, porque planejavam o ato terrorista do dia 12, a tentativa de bomba no aeroporto no dia 24, que depois culminou numa tentativa de golpe de Estado nos atos golpistas do dia 8?

Tenho uma última pergunta com relação também ao dia 8, para dar tempo de o senhor responder e eu aproveitar o meu tempo de 15 minutos. Havia uma informação de que um carro da Polícia Militar chamado Centurion – que joga água nos manifestantes – estava presente no dia 8, mas estava estragado, e por isso não funcionou. O senhor tem conhecimento disso? Por que colocar um carro que não funcionava no dia 8, numa tentativa, mais uma vez, de golpe de Estado diante daquele atentado que lamentamos e que vimos pela televisão?

Obrigado, coronel. O meu tempo encerrou. Quero encerrar dizendo que é muito importante – e o senhor agora assumindo o comando da Polícia Militar – que as forças de segurança levem mais a sério tentativas de golpe de Estado e tentativas de pedidos de intervenção militar. Parece-me que ficou nítido nesse processo, desde o dia 1º de novembro, que isso não aconteceu na...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O deputado Gabriel Magno esgotou seu tempo, mas ele fez uma pergunta para o senhor. Eu vou conceder 1 minuto para que o senhor responda à pergunta do deputado.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Com relação ao acampamento, à desmobilização, eu sinceramente não tenho como opinar porque essas ações na Secretaria de Segurança para tratar de acampamento eram tratadas pelo DOP e pelo Comando-Geral. Então, nas decisões de nível estratégico com as reuniões em que participam o secretário e os dirigentes dos órgãos, é o Comando-Geral que comparece. E, no dia a dia, para tratar de eventuais operações, são as reuniões junto à SOPI e ao Departamento de Operações. Não participei dessas reuniões. Com relação ao Centurion, ele não estava danificado. Ele foi para o local, estava operando e, em determinado momento, apresentou uma pane. Inclusive, o interventor solicitou que eu apresentasse para ele o oficial que estava comandando aquela tropa naquele momento. Ele indagou, e foi relatada na época – acho que, salvo engano, consta até do relatório do interventor – essa questão da pane que foi apresentada. E o tenente chegou até a mostrar um áudio do motorista do Centurion avisando que tinha dado um problema no balão de ar –

parece – e que, como ele estava naquela descida ali, era arriscado ele perder o controle na descida. E, se ficasse ali parado, com aquela turba se aproximando da tropa, poderia agredir os policiais que lá estavam e destruir a viatura. Realmente, é uma viatura antiga, precisa de manutenção constante. Após esse fato, foi solicitado (*sic*), realmente, se tinha feito o conserto. Teve o conserto na oficina, teve nota fiscal, teve o processo, realmente, que comprova que o veículo apresentou o dano. Infelizmente, por se tratar de um veículo muito pesado e de muitos e muitos anos de operação, ele, infelizmente, apresenta panes de tempos em tempos. Inclusive, uma das nossas ações é iniciar o processo de contratação de novos blindados para esse tipo de operação, para que isso não ocorra mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, na condição de suplente, por até 15 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Bom dia. Que Deus nos abençoe.

Para mim, é uma alegria ter o senhor aqui.

O primeiro requerimento, o convite para o senhor estar aqui, como disse o deputado Pastor Daniel de Castro, é o Requerimento nº 99, protocolado por ele. Nós estávamos esperando o senhor porque traz algumas informações importantes, e algumas informações, inclusive, muito justas com outros colegas do senhor. Eu quero dizer que a vinda do senhor aqui era mais do que esperada.

Eu também fiz um requerimento, o Requerimento nº 139, chamando o senhor para cá, e fiz vários pronunciamentos, que eu acredito que devem ter chegado aos ouvidos do senhor. Eu, realmente, fazia questão da vinda do senhor, que estava prevista para o dia 29, mas foi antecipada.

Eu fico muito feliz de o senhor ter vindo, porque nós aparamos as arestas que há e trazemos a clareza e inclusive uma aquietação da própria Polícia Militar.

A sua vinda, pelo requerimento do deputado Hermeto, que foi posterior ao meu e posterior ao do deputado Pastor Daniel de Castro, traz uma alegria para esta casa, porque nós trazemos a transparência e, principalmente, esclarecemos alguns fatos.

Eu tenho só 15 minutos e, por isso, peço um pouco de objetividade. Vou fazer algumas perguntas que já foram respondidas, mas eu gostaria que o senhor tivesse objetividade em respondê-las. E permita-me interrompê-lo quando eu me sentir atendida nas suas respostas, porque nós precisamos ter um pouco de agilidade.

O senhor disse, aqui, que o senhor não participou da manifestação do dia 12, que o senhor estava de férias no dia 12 de dezembro, e parece-me que o senhor chegou às 17 horas do dia 8, após às 17 horas do dia 8 de janeiro. Foi isso? Pelo menos foi o que nós já ouvimos aqui.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Em dezembro eu estava de férias e, no dia 8, eu me apresentei na academia por volta de 15h20, 15h30.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor estava lá no...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Da academia, eu fui determinado pelo secretário de segurança para me deslocar para a Secretaria de Segurança para compor a sala de crises, que tinha sido acionada naquele momento por determinação dele.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, umas 15 horas?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Por volta de 15 horas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Há quanto tempo o senhor está na Polícia Militar?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Trinta anos e 5 meses.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Há 30 anos e 5 meses.

O senhor já esteve no comando de alguma manifestação parecida com essa manifestação do dia 12 ou do dia 8, aqui em Brasília?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Já participei de diversas, de dezenas manifestações

que tiveram confronto na Esplanada, comandando frações menores.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quais eram as armas que esses manifestantes utilizavam?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Pedras, estilingue, garrafa de água. Geralmente...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pedra, estilingue, garrafa de água...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Na Praça dos Três Poderes, aquelas pedrinhas lá da praça. O pessoal arranca aquilo ali para jogar na tropa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Aquela pedra portuguesa.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Arranca placa para combater a tropa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor já esteve em várias?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Um dos questionamentos que houve aqui e que, inclusive, foi minha fala muitas vezes, é a questão da prontidão e sobreaviso. Em alguma dessas manifestações a tropa estava sobreaviso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputada, ao longo desses 30 anos, eu não posso dizer para a senhora especificamente, eventualmente, até porque eu fui em manifestações como tenente, capitão, major – comandando frações menores, não comandando o efetivo total na Esplanada. Mas, como eu falei para a senhora, na questão do sobreaviso e da prontidão, o que difere as duas é: na prontidão, temos...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não... Eu só quero entender. O senhor me desculpa. É porque nós tivemos aqui vários comandantes, coronéis e nenhum deles fala que era padrão e falam que não se recordam de colocar o comando em sobreaviso. Nenhum. Coronel Cintia, coronel Casimiro, coronel Naime, coronel Fábio, a todos eles eu fiz a mesma pergunta e nenhum deles se recorda de colocar em sobreaviso. Inclusive, houve alguns questionamentos em relação a isso. Eu estou perguntando para o senhor. O senhor lembra de alguma operação nesses 33 anos que o senhor colocou o comando em sobreaviso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Qual era a operação?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ah... A mais nova agora, a dos índios que estavam, agora, recentemente, na Esplanada. Diariamente, nós estávamos de sobreaviso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas ali estava tendo uma manifestação, como disse aqui, um golpe de Estado?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não. Aparentemente, não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está. Não, está ótimo. Como que o senhor entende o que é golpe de Estado? Como que o senhor entende isso que acabou de falar aqui o deputado Gabriel Magno, o deputado presidente fala de golpe de Estado. Como que o senhor entende? O que que é isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ações deliberadas para se impedir o funcionamento dos três Poderes da República.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o senhor acha que se consegue fazer isso com estilingue e pedra portuguesa?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Posso afirmar para a senhora que a Polícia Militar estando presente, fazendo todas as forças...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não. Eu estou perguntando se o senhor acha que alguém consegue fazer golpe de Estado com estilingue, pedra portuguesa e garrafa de água?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ele pode tentar. O meio que ele tiver disponível. Se ele vai conseguir ou não depende da reação das forças de segurança.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pois é. Aí as forças de segurança, e eu quero perguntar, hoje nós temos o Palácio do Planalto, que foi altamente invadido. Nós tivemos aqui o comandante Casimiro, que disse que mais da metade – mais da metade, não; metade – dos presos foram no Palácio do Planalto. Os outros presos que Polícia Militar prendeu foram no Congresso Nacional e no STF.

O senhor acha que houve uma facilitação? Porque essa foi a fala do comandante Naime, dizendo que houve uma facilitação para a entrada desses golpistas com água em garrafa e estilingue.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputada, eu não tenho elementos para levar a essa conclusão.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Outra pergunta que eu gostaria de falar com o senhor é: antes de o senhor ser subcomandante, quem era o subcomandante?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Coronel Edvã Sousa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Edvã Sousa. Quando que o senhor assumiu o subcomando?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Final de outubro do ano passado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Depois das eleições?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exato.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O subcomando é responsável pelo quê? É pelo emprego operacional da tropa?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Ele é responsável por substituir o comandante geral, assessorar o comandante geral e prestar uma coordenação nas atividades administrativas e na rotina da polícia militar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quem é responsável pelo emprego operacional da tropa?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O chefe do Departamento de Operações.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Departamento de Operações. Então, o subcomandante não é responsável. O senhor está me dizendo que o subcomandante não é o responsável pelo emprego operacional da tropa.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não. Tá. Eu fiquei muito feliz com o depoimento que o senhor traz aqui do Naime, também. Por quê? Porque é o único preso, como foi dito aqui pelo deputado Pastor Daniel de Castro. Ele não sabe por que está preso, e o senhor acabou de dizer que havia uma determinação, assinada pelo senhor, de que ninguém ia tirar férias, abono, nada disso. Mas o senhor autorizou o coronel Naime a tirar esses dias exatamente pela qualidade e presteza do serviço dele. Foi isso que o senhor falou?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exatamente, e porque ele estava reclamando e apresentando sinais de estresse, e pedindo apoio para descansar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso é uma coisa muito importante para todos os defensores da Polícia Militar – e eu sou uma delas. Nós sabemos que os policiais militares hoje vivem sob estresse. Por isso que nós precisamos ter, sim, uma qualidade de saúde mental dessas pessoas. É muito importante que possamos ter essa qualidade. Eu entendo isso perfeitamente. Isso não é caso só do comandante Naime, do comandante Fábio, do Paulo José agora – temos que ter respeito por todos eles. Não podemos fazer chacota com doença mental nem psiquiátrica de ninguém. É muito triste quando vemos um parlamentar fazendo isso no CPF da pessoa, porque uma coisa é a instituição, outra coisa é a pessoa. E nós temos que ter respeito por essas pessoas que se dedicam à segurança pública do Distrito Federal há muitos anos.

Eu faço esta pergunta para o senhor: depois que o coronel Naime foi preso, o senhor fez alguma intervenção, como comandante-geral, dizendo da presteza e da qualidade do

comandante Naime, para o STF? A Polícia Militar fez alguma atuação no sentido de trazer um relatório mostrando que o coronel Naime não é nada disso que eles estão pensando, que ele estava de folga, exatamente pela qualidade do serviço, pela responsabilidade e pelo compromisso dele com a segurança pública do Distrito Federal?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Nesses termos, não. Foi apenas informada a licença oficial.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, eu faço a minha indicação para que o senhor faça isso como comandante-geral. Que o senhor possa fazer isso formalmente para o coronel Naime, mostrando e registrando a importância dele para o nosso comando militar.

Outra coisa que eu gostaria de perguntar rapidamente: o senhor já conhecia o Ricardo Cappelli?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor nunca esteve com ele? Nunca conversou com ele?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Negativo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tem certeza?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Absoluta.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá ótimo. Muito bom. É porque nós ouvimos aqui no corredor que o senhor já havia estado com ele. É por isso que estou perguntando, e é bom esclarecer isso.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Nunca.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Aqui foi falado, por alguns comandantes... Deixe-me só voltar novamente à questão do efetivo. É uma realidade esse efetivo realmente reduzido. Nós precisamos... Eu estou aqui com o deputado Hermeto para o que nós pudermos fazer para que mais policiais sejam chamados, para cuidarmos da segurança pública do Distrito Federal, mas eu quero entender: na Polícia Militar só há pessoas que são militares ou há também cargo comissionado?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Existem cargos comissionados de natureza civil.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Esses cargos comissionados não são indicações militares... ou são pessoas civis?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – São ocupados tanto por policiais... Hoje, a situação hoje: tem policiais da reserva, reformados, da reserva remunerada; e civis. Mas são cargos de natureza civil nomeados pelo governador.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quantos cargos existem?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Acho que em torno de 300.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, o senhor está dizendo que esses cargos... E aqui nós ouvimos também... Não sou eu que estou falando. Foram vários comandantes que estiveram aqui – pelo menos 4 – falando da interferência política. Esses cargos são de interferência política, de indicação política? Por quê? Porque nós pedimos para ver o *Diário Oficial*, e esses cargos foram totalmente modificados exatamente depois das eleições. Isso nos traz uma preocupação e eu quero entender: o senhor, como comandante hoje, tem responsabilidade sobre a troca desses cargos comissionados?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputada, esses...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor acompanha isso?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Esses cargos são de livre provimento do governador. Então, a nomeação é dele.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A nomeação é dele.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – E como é um valor muito baixo, é muito transitório.

Então, tem muita entrada e saída.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Qual é a média salarial desses cargos?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Mil e poucos reais. Acho que 1.200.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Os 300?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Acho que entre 1.300 e 1.600.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Os 300?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Exato. Tem 2 naturezas. A diferença entre elas é de 200 reais, eu acho, de 300 de uma para a outra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Como é?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – São 2 tipos de cargo. A diferença entre esses 2 tipos é em torno de 200, 300 reais, salvo engano.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem indicou o senhor para o subcomando?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Subcomando?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É, primeiramente, o senhor era subcomandante. Na época...

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Foi o coronel Fábio Augusto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Foi o coronel Fábio Augusto? Mas ele não havia indicado o senhor Edvã?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – O coronel Edvã já era o subcomandante desde o começo do ano. Eu era o chefe do Estado Maior, a convite do coronel Fábio Augusto. E, quando foi no final do ano, o Fábio Augusto me convidou para assumir a função de subcomandante-geral.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Uma outra coisa que eu gostaria de saber, e que foi falado aqui, é a respeito da intervenção nas manifestações e, principalmente, no acampamento. Nós recebemos o general Heleno e o general Dutra, e eles deixaram claro que não houve nenhuma ordem judicial e que eles não poderiam invadir o acampamento por não haver essa ordem judicial nem do presidente Bolsonaro, nem do presidente Lula e nem do governador Ibaneis. O senhor confirma isso? Que os senhores só poderiam desmobilizar o acampamento com ordem judicial?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Não chegou ao meu conhecimento nenhuma ordem judicial. E, com relação à desmobilização do acampamento, a ordem judicial facilitaria e muito o cumprimento das missões, até a organização dos órgãos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É comum fazer a desmobilização de um acampamento daquele tamanho, com 150 acampados, sem ordem judicial?

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Praticamente toda desocupação de área pública no GDF via de regra tem uma determinação judicial ou um acordo de cooperação, uma reunião técnica antes entre todos os órgãos envolvidos e representantes, inclusive do Ministério Público.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu fico muito feliz com a posição do senhor, hoje. Quero agradecer o seu depoimento, primeiro, porque o senhor reconhece que o coronel Naime, que era a pessoa que estava de licença no departamento, é realmente um grande policial. O senhor reconhece tudo isso, e eu acredito que a Polícia Militar poderia fazer um manifesto ao STF mostrando que ele estava de licença exatamente por uma premiação como o senhor disse.

A segunda coisa é que não se faz golpe de Estado com estilingue – é brincadeira nós estarmos falando de um país com 27 estados, nós estarmos falando de um país com quase 211 milhões de pessoas –, com estilingue e coisas assim. É brincadeira com a inteligência da população brasileira.

E a terceira coisa é que nem a polícia nem o Exército podiam fazer nada sem a ordem judicial. Nunca ninguém falou que aquele acampamento era ilegal.

Muito grata.

Que Deus abençoe o senhor e conte com o meu mandato para que possamos trazer a Polícia Militar com muita seriedade, com muita responsabilidade e fazendo o seu papel primordial: a defesa da segurança do Distrito Federal.

Grata.

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Klepter, o depoimento de V.Sa. foi de muita importância para esta CPI, porque algumas coisas começam a ficar claras. Nós queríamos saber quem tinha determinado a abertura da Esplanada e hoje já sabemos – foi dito pelo coronel Casimiro e ratificado pelo senhor. Ele também é muito importante, na medida em que o senhor colocou aqui como é que funcionam as coisas na Polícia Militar do Distrito Federal. Para quem não entende, isso é muito importante.

E foi importante também o depoimento de V.Sa. quando o senhor diz que o golpe se tenta de qualquer jeito; se vai dar certo, ou não, é outra conversa. Foi isso o que fizeram. Houve um golpe de Estado no Brasil. O golpe é a tomada dos Poderes. Os três palácios foram tomados. Felizmente, temos uma polícia preparada que, quando acionada pelo senhor e por outros comandantes, retomou os palácios.

A ocupação dos palácios era efetivamente a tomada do poder. Eles achavam que haveria sustentação. Em canto nenhum do mundo se deu golpe rezando. Como disse o Ministro Alexandre de Moraes, eles não estavam rezando, estavam tramando. Tramaram, deu errado e vão ser responsabilizados pelo que fizeram.

Portanto, desejo sorte ao senhor no comando. O trabalho que o senhor tem feito é de muita importância.

Quero agradecer a todos os deputados e deputadas a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h54min.)



Documento assinado eletronicamente por **MILENE DE ALENCAR FERNANDES - Matr. 13109, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 16/06/2023, às 13:00, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 16/06/2023, às 14:16, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1220617** Código CRC: **34155F1D**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1220617v13